



19/06/2023

Número: **0700623-48.2023.8.07.0001**

Classe: **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL**

Órgão julgador: **7ª Vara Criminal de Brasília**

Última distribuição : **09/01/2023**

Assuntos: **Corrupção ativa**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS (AUTORIDADE ANPP)	
JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO (INDICIADO)	
	DOUGLAS IVANOWSKI KIRCHNER (ADVOGADO)

Outros participantes	
Em segredo de justiça (VÍTIMA)	
Em segredo de justiça (TESTEMUNHA)	
POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (AUTORIDADE POLICIAL)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
146319488	09/01/2023 00:44	REMESSA ELETRÔNICA Nº 14/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319489	09/01/2023 00:44	CERTIDÃO INICIAL Nº 2/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319490	09/01/2023 00:44	DESPACHO ORDINATÓRIO Nº 3/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319491	09/01/2023 00:44	CORPO APF Nº 2/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319492	09/01/2023 00:44	RECIBO DE PRESO Nº 26/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319493	09/01/2023 00:44	NOTA DE CULPA Nº 20/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319494	09/01/2023 00:44	FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS Nº 12/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319695	09/01/2023 00:44	OFÍCIO CIRCULAR APF Nº 3/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319696	09/01/2023 00:44	GUIA DE RECOLHIMENTO DE PRESOS Nº 4/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319697	09/01/2023 00:44	MEMORANDO Nº 20/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319698	09/01/2023 00:44	OCORRÊNCIA Nº 18/2023-CORF	Auto de prisão em flagrante
146319699	09/01/2023 00:44	Notificação	Notificação
146319700	09/01/2023 00:44	Notificação	Notificação
146320037	09/01/2023 04:30	FAP - Folha de Antecedentes Penais	FAP - Folha de Antecedentes Penais
146322108	09/01/2023 06:57	Petição	Petição

146327122	09/01/2023 10:21	Laudo	Laudo
146371973	09/01/2023 17:24	Petição	Petição
146379005	09/01/2023 17:24	CNH	Documento de Identificação
146379006	09/01/2023 17:24	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Comprovante de Residência
146379007	09/01/2023 17:24	MEDICAMENTOS	Documento de Comprovação
146379008	09/01/2023 17:24	RECEITUARIO	Documento de Comprovação
146539919	11/01/2023 15:57	Pedido de Relaxamento de Prisão	Petição
146738266	13/01/2023 18:00	Petição	Petição
146738267	13/01/2023 18:00	PEDIDO HABILITACAO JULIO NACDF	Petição
146738270	13/01/2023 18:00	CNH JULIO	Documento de Identificação
146738273	13/01/2023 18:00	CONTRATO SOCIAL BARREIRAO COUROS	Documento de Comprovação
146763678	14/01/2023 10:24	Laudo	Laudo
146763687	14/01/2023 10:24	LAUDO DE LESÕES - JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO	Laudo
146774564	15/01/2023 10:19	FAP - Folha de Antecedentes Penais	FAP - Folha de Antecedentes Penais
146774565	15/01/2023 10:19	JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO	FAP - Folha de Antecedentes Penais
146902071	17/01/2023 13:17	Certidão	Certidão
146923834	17/01/2023 15:39	Ata	Ata
146943829	17/01/2023 18:02	custodia	Gravação de audiência
146943841	17/01/2023 18:02	SALA 1 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA-JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO	Gravação de audiência
146948341	17/01/2023 18:03	Custódia; Manifestação;	Manifestação do MPDFT
147012733	18/01/2023 15:23	Petição	Petição
147012734	18/01/2023 15:23	CERTIDÃO Nº 26/2023-CORF	Petição
147012735	18/01/2023 15:23	CERTIDÃO/CONCLUSÃO Nº 24/2023-CORF	Petição
147012736	18/01/2023 15:23	DESPACHO PROCEDIMENTO POLICIAL Nº 143/2023-CORF	Petição
147012737	18/01/2023 15:23	RELATÓRIO FINAL DE PROCEDIMENTO POLICIAL Nº 6/2023-CORF	Petição
147035232	18/01/2023 17:29	Certidão	Certidão
147035237	18/01/2023 17:29	Ofício Nº 35-2023 - SEAPE	Ofício
147048075	18/01/2023 19:20	Manifestação	Manifestação
147101861	19/01/2023 15:11	Petição	Petição
147101864	19/01/2023 15:11	Ata pet 10820 julio stf	Documento de Comprovação
147101865	19/01/2023 15:11	DECISAO STF JULIO CESAR	Documento de Comprovação
147101862	19/01/2023 15:11	sífilis	Documento de Comprovação
147101863	19/01/2023 15:11	sífilis1	Documento de Comprovação
147110116	19/01/2023 15:52	Decisão	Decisão

147144796	19/01/2023 19:13	comprovante de envio ao STF	Certidão
147144799	19/01/2023 19:13	Recibo STF	Outros Documentos
147296880	23/01/2023 13:48	Petição	Petição
147318271	23/01/2023 15:35	Declinação de competência;	Manifestação do MPDFT
147418838	24/01/2023 03:02	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização
150317522	23/02/2023 17:34	Certidão	Certidão
150320294	23/02/2023 17:53	Despacho	Despacho
150334993	23/02/2023 18:37	Certidão	Certidão
150334994	23/02/2023 18:37	0700623-48 - Tela SIAPEN - 23022023	Outros Documentos
151696250	08/03/2023 17:10	Manifestação;	Manifestação do MPDFT
151696251	08/03/2023 17:10	ANPP 0700623-48.2023.8.07.0001.corrupção ativa. JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO	Outros Documentos
151765080	09/03/2023 17:05	Decisão	Decisão
151853441	09/03/2023 18:27	Carta	Carta
152076588	13/03/2023 06:40	Certidão	Certidão
152076590	13/03/2023 06:40	RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO MALOTE DIGITAL	Documento de Comprovação
152410843	15/03/2023 13:58	REENVIO - MALOTE DIGITAL	Certidão
152410844	15/03/2023 13:58	PROCESSO_ 0700623-48.2023.8.07.0001 - PROTOCOLO DE REENVIO	Documento de Comprovação
152431976	17/03/2023 17:39	TJMG	Certidão
152780645	17/03/2023 17:39	DESPACHO TJMG	Documento de Comprovação
152780646	17/03/2023 17:39	Email ao TJMG	Documento de Comprovação
152810116	18/03/2023 00:24	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização
153526580	24/03/2023 15:00	Certidão	Certidão
153526581	24/03/2023 15:00	Distribuição precatória	Outros Documentos
153537180	24/03/2023 15:29	Certidão	Certidão
153537181	24/03/2023 15:29	Designa audiência juízo deprecado	Outros Documentos
153763143	27/03/2023 17:21	Petição	Petição
153765446	27/03/2023 17:21	Procuração Julio Cesar Ciscouto assinada ii	Procuração/Substabelecimento
153774483	27/03/2023 18:05	Petição	Petição
153905262	29/03/2023 11:19	Despacho	Despacho
154366781	31/03/2023 15:23	Termo de Acordo de não Persecução Penal;	Petição
154366782	31/03/2023 15:23	termo de audiência JULIO CISCOUTO	Outros Documentos
154366783	31/03/2023 15:23	AUDIENCIA JULIO CISCOUTO	Outros Documentos
154366789	31/03/2023 15:23	Cota à polícia diversa de baixa	Tramitação Direta - MPDFT - Manifestação
154444396	01/04/2023 02:23	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização

154527792	03/04/2023 14:41	Petição	Petição
154558304	10/04/2023 13:56	Decisão	Decisão
155219217	12/04/2023 00:35	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização
155238347	12/04/2023 10:38	Ciência de Homologação de Acordo de não Persecução Penal; Outras ciências;	Manifestação do MPDFT
155316281	12/04/2023 17:04	Petição	Petição
155316282	12/04/2023 17:04	Anexo 1. TE Julio Cesar de Oliveira Ciscouto MPDFT	Documento de Comprovação
155316283	12/04/2023 17:04	Anexo 2. Comprovante TED doação R\$ 1.300,00 Julio Cesar Ciscouto	Documento de Comprovação
155316284	12/04/2023 17:04	Anexo 3. Recibo doação R\$ 1.300,00 Julio Cesar Ciscouto	Documento de Comprovação
155319698	12/04/2023 17:11	Certidão	Certidão
155355676	12/04/2023 20:54	Manifestação;	Manifestação do MPDFT
155612680	14/04/2023 18:31	Sentença	Sentença
155688573	16/04/2023 20:41	Extintiva por outras causas;	Manifestação do MPDFT
155806729	17/04/2023 18:09	Petição	Petição
155810495	17/04/2023 18:17	Certidão de Trânsito em Julgado	Certidão de Trânsito em Julgado
160476150	30/05/2023 17:59	Ficha de inspeção judicial	Ficha de inspeção judicial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

REMESSA

Neste ato, faço REMESSA da comunicação do Auto de Prisão em Flagrante em referência.

DOUGLAS DA SILVA CURINGA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA
Mat. 227.827-8

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSC-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***-49 em 19/06/2023 15:45:16
Número do documento: 23010900441580700000135005427
<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010900441580700000135005427>
Assinado eletronicamente por: DOUGLAS DA SILVA CURINGA - 09/01/2023 00:43:22



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

CERTIDÃO/CONCLUSÃO

Nº 2/2023

Aos Oito (8) dias do mês de janeiro (1) do ano de dois mil e vinte e três (2023), CERTIFICO QUE em consulta ao PROCED e ao BNMP,

- JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO : Constam antecedentes; NÃO CONSTA Mandado de Prisão;

Neste faço, estes autos conclusos à Autoridade Policial, do que, para constar, lavro este termo.

DOUGLAS DA SILVA CURINGA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA
Mat. 227.827-8

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSC-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***-49 em 19/06/2023 15:45:16
Número do documento: 23010900441591600000135005428
<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010900441591600000135005428>
Assinado eletronicamente por: DOUGLAS DA SILVA CURINGA - 09/01/2023 00:12:34

Num. 146319489 - Pág. 1



Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

DESPACHO ORDINATÓRIO

Nº 3/2023

Tendo em vista estarem presentes a autoria e a materialidade do ilícito penal constante do presente Auto de Prisão em Flagrante, determino à escrivania as seguintes providências:

- I - De ordem desta Autoridade Policial forneça ao Condutor do Flagrante Recibo de Entrega de Preso(s);
- II - Expeça Nota de Culpa ao(s) conduzido(s) JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO como incurso(s) na(s) pena(s) do CPB Art. 333 CAPUT, ;
- III - De ordem desta Autoridade Policial comunique a prisão aos Excelentíssimos Senhores Juiz de Direito competente, Promotor de Justiça e Defensor Público, promovendo o aforamento do feito no sistema PJe instruído com o presente despacho ordinatório, corpo do APF, Nota de Culpa e demais peças pertinentes;
- IV - De ordem desta Autoridade Policial encaminhe o(s) conduzido(s) ao IML, para ser(em) submetido(s) a Exame de Corpo Delito de lesões corporais 'Ad Cautelam', anexando o(s) respectivo(s) laudo(s);
- V - Por ser o crime inafiançável na esfera Policial, de ordem desta Autoridade Policial recolha o(s) preso(s) à Carceragem da DCCP/DEPATE, onde deverá(ão) permanecer(em) à disposição do Judiciário;
- VI - Junte a ocorrência policial e demais peças pertinentes e promova a conclusão dos autos;

BRASÍLIA, 8 de janeiro de 2023

FABIANO GOMES DE OLIVEIRA

Delegado(a) de Polícia
Mat. nº 240.534-2

PCDF - Assinado Digitalmente por FABIANO GOMES DE OLIVEIRA, CPF: 005.699.236-03





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE n° 5/2023-CORF
Ocorrência Policial n° 18/2023-CORF

Às 23h50 do dia Oito (8) de janeiro (1) do ano de dois mil e vinte e três (2023), em BRASÍLIA, Distrito Federal e na sede da Central de Flagrante COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES, onde se achava presente FABIANO GOMES DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia, respectivo e comigo, DOUGLAS DA SILVA CURINGA, Escrivão(ã) de Polícia adiante assinado, compareceu o(a) CONDUTOR/TESTEMUNHA : DOUGLAS DA SILVA CURINGA, ESCRIVÃO DE POLÍCIA, matrícula 227.827-8, lotado no 03ª DP/CARTÓRIO, Sabendo ler e escrever. Aos costumes disse nada. Prestado o compromisso legal de dizer a verdade, sem impedimento, inquirido(a) (o) pela Autoridade Policial, RESPONDEU QUE: Informa que estava participando da operação policial relacionada aos fatos ocorridos em 08/01/2023 na esplanada dos ministérios em Brasília/DF. QUE estava nas dependências da CORF/PCDF realizando procedimentos do APF n° 4/2023-CORF/PCDF, quando no momento em que estava realizando a formalização dos documentos relacionados à JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO e foi pegar o aparelho celular dele para ser apreendido, JULIO CESAR lhe ofereceu a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que pudesse deixar de agir, liberando assim seu aparelho celular da apreensão. QUE a quantia, segundo JULIO CESAR, seria paga por sua filha, a qual mora em Belo Horizonte/MG e que ele faria contato com ela para o pagamento. QUE o fato ocorreu em uma sala com outros policiais civis que também estavam participando das operações realizadas pela PCDF. QUE no momento em que JULIO CESAR ofereceu o valor para liberar seu aparelho celular, foi dada voz de prisão para o mesmo e a situação apresentada para a autoridade policial responsável.. E nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Em seguida determinou a Autoridade Policial que fosse encerrado o presente, que segue devidamente assinado, passando a qualificar e inquirir a TESTEMUNHA: LEONARDO FLÁVIO RIBEIRO DE RESENDE.

AUTORIDADE POLICIAL:

FABIANO GOMES DE OLIVEIRA

CONDUTOR/TESTEMUNHA:

DOUGLAS DA SILVA CURINGA

ESCRIVÃO DE POLÍCIA :

DOUGLAS DA SILVA CURINGA



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:FGO-CORF
Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot. 50534/2023

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

TESTEMUNHA: LEONARDO FLÁVIO RIBEIRO DE RESENDE, AGENTE DE POLÍCIA, matrícula 194.175-5, lotado no 03ª DP/SICVIO. Sabendo ler e escrever. Compromissada na forma da lei, inquirido(a) pela Autoridade Policial aqui presente, sobre o(s) fato(s) que neste ato tomou conhecimento, RESPONDEU QUE: Que é policial civil lotado na 3ª Delegacia de Polícia; que, no dia de hoje, 08/01/2023, estava atuando na operação policial referente aos atos ocorridos na Esplanada do Ministério; que, nessa condição, estava em apoio a outros policiais, em uma sala, na formalização das prisões; que, durante a formalização da prisão de JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, este ofereceu ao Escrivão de Polícia, Douglas da Silva Curinga, quantia em dinheiro para que não formalizasse a apreensão de seu aparelho celular, no importe de R\$ 5.000,00; que, imediatamente, o Escrivão de Polícia deu voz de prisão ao autuado e apresentou a situação à Autoridade Policial.. E nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Em seguida determinou a Autoridade Policial que fosse encerrado o presente, que segue devidamente assinado, passando a qualificar e inquirir o(a) CONDUZIDO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO.

AUTORIDADE POLICIAL:

FABIANO GOMES DE OLIVEIRA

TESTEMUNHA:

LEONARDO FLAVIO RIBEIRO DE RESENDE

ESCRIVÃO DE POLÍCIA :

DOUGLAS DA SILVA CURINGA



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por: FGO-CORF
Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot. 50534/2023

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

CONDUZIDO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, de nacionalidade brasileira, natural de BICAS - MG, casado(a), nascido(a) em 17/08/1949, com 73 anos de idade, filho(a) de JOSE OLINTHO CISCOUTO e IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO, com a profissão de vendedor, em geral, portador do RG nº M714409, expedido pelo(a) SSP/MG, CPF nº 098.528.326-20, endereço residencial RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE, MG, , , telefone(s) residencial 3133842483, residencial 3133842483 Sabendo ler e escrever. Cientificado de seus direitos e garantias constitucionais, dentre os quais, o respeito a sua integridade física e moral, o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada assistência da família e do advogado, interrogado pela Autoridade Policial, nos termos do Art. 187 do Código de Processo Penal, RESPONDEU QUE: Qual o salário? R\$ 2.000,00 ; Tipo de residência? Casa ; Tem filhos? Sim ; Quantos filhos? 03 ; Lugares que frequenta? cavalgada ; Bens que possui: carro, sítio, casa, criação cavalo ; Grau de instrução: ensino médio ; Religião: Católico ; Lazer: não respondeu ; Foi preso? Não ; Foi processado? Não ; Qual o juízo do processo - Vara Criminal? não respondeu ; Houve suspensão condicional? não respondeu ; Foi condenado? não respondeu ; Qual a pena imposta? não respondeu ; Cumpriu a pena? não respondeu ; Onde cumpriu a pena? não respondeu ; Até que idade viveu com os pais? 19 anos ; É amasiado? Não ; Quantas pessoas na família trabalham? 05. Quanto aos fatos que lhe são imputados, interrogado pela Autoridade Policial, RESPONDEU QUE: Fará uso do seu direito constitucional de permanecer calado e virá se manifestar somente em juízo E nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Em seguida determinou a Autoridade Policial que fosse encerrado o presente, que segue devidamente assinado.

AUTORIDADE POLICIAL:

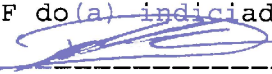

FABIANO GOMES DE OLIVEIRA

CONDUZIDO:


JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

ESCRIVÃO DE POLÍCIA :


DOUGLAS DA SILVA CURINGA

C E R T I D ã O: Certifico, em cumprimento à Norma de Serviço nº 09/2016-CGP, que foi gerado o BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL nº 20/2023-CORF do(a) indiciado(a). Dou fé. BRASÍLIA, 9 de janeiro de 2023. Eu,  DOUGLAS DA SILVA CURINGA, 227.827-8, Escrivão(a) de Polícia , o escrevi.

Em consequência determinou a Autoridade Policial que fosse encerrado o presente, que após lido e achado conforme, segue devidamente assinado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot. 50534/2023

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

AUTORIDADE POLICIAL:


FABIANO GOMES DE OLIVEIRA

ESCRIVÃO DE POLÍCIA :


DOUGLAS DA SILVA CURINGA

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:FGO-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 2

Este documento foi gerado pelo usuário 807.***-49 em 19/06/2023 15:45:17

Número do documento: 23010900441621000000135005430

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010900441621000000135005430>

Assinado eletronicamente por: DOUGLAS DA SILVA CURINGA - 09/01/2023 00:36:56

Num. 146319491 - Pág. 4





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot. 50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

RECIBO DE ENTREGA DE PRESO

Nº 26/2023

De ordem da Autoridade Policial FABIANO GOMES DE OLIVEIRA informo que às 23h55 do dia Oito (8) de janeiro (1) do ano de dois mil e vinte e três (2023), em BRASÍLIA, Distrito Federal e na sede da Central de Flagrante COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES, compareceu DOUGLAS DA SILVA CURINGA, conduzindo e apresentando à Autoridade Policial o preso abaixo qualificado:

NOME.....: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
ALCUNHA.....: NÃO INFORMADA
FILIAÇÃO.....: JOSE OLINTHO CISCOUTO e IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO

DATA DE NASCIMENTO.: 17/08/1949
ESTADO CIVIL.....: CASADO(A)
SEXO.....: MASCULINO
NACIONALIDADE.....: BRASILEIRA
NATURALIDADE.....: BICAS - MG
INSTRUÇÃO.....: MÉDIO (2ºG)
PROFISSÃO.....: Vendedor, em geral
ENDEREÇO.....: ÚLTIMO ENDEREÇO CONHECIDO RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE, MG
DOCUMENTOS.....: RG nº M714409, expedido pelo(a) SSP/MG
INCIDÊNCIA PENAL....: CPB Art. 333 CAPUT
EM VIRTUDE DE: PRESO EM FLAGRANTE

BRASÍLIA, 8 de janeiro de 2023

DOUGLAS DA SILVA CURINGA

ESCRIVÃO DE POLÍCIA
Mat. nº 227.827-8

Recebi uma cópia do recibo e do depoimento prestado nos autos
Em 08/01/2023

DOUGLAS DA SILVA CURINGA

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSC-CORF
Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot. 50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

NOTA DE CULPA

Nº 20/2023

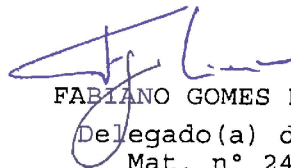
O(A) Dr(a). FABIANO GOMES DE OLIVEIRA, Delegado(a) de Polícia, em exercício na Central de Flagrante COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 306 do Código de Processo Penal,

F A Z S A B E R

a JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, que se acha preso em flagrante delito e está sendo indiciado na forma da Lei, como incurso nas penas do CPB Art. 333 CAPUT, tendo sido lavrado o Auto de Prisão em Flagrante nº 5/2023 - CORF, no qual depuseram o(s) condutor(es)/testemunha(s) DOUGLAS DA SILVA CURINGA e a(s) testemunha(s) LEONARDO FLÁVIO RIBEIRO DE RESENDE.

E, para sua ciência, mandou dar-lhe a presente Nota de Culpa, dada e passada neste Distrito Federal.

BRASÍLIA, 8 de janeiro de 2023



FABIANO GOMES DE OLIVEIRA
Delegado(a) de Polícia
Mat. nº 240.534-2

Recebi o original da presente Nota de Culpa
Às 00:23 de 09/01/2023



JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSC-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1





Em: 9/1/2023 às 00:10 Operador : 2278278 - DOUGLAS DA SILVA CURINGA

Código: 1943869 **Nome :** JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO **Data Nasc.:**
Mãe : IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO **Pai :** JOSE OLINTHO CISCOUTO
Alcunha : NÃO CADASTRADO **Local Recolhimento :** COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES
Situação : PRESO EM FLAGRANTE - RECOLHIDO NA COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES - EFETUE A TRANSFERENCIA OU
GERE A GUIA DE RECOLHIMENTO PARA A DCCP

Autor em 2 Inquéritos Policiais

Nº IP	Instauração	DP	Tipo IP	Incidência do Autor	Situação do Autor
4	08/01/2023	CORF	FLAGRANTE	- CPB Art. 359.M CAPUT	PRESO EM FLAGRANTE em 08/01/2023
5	08/01/2023	CORF	FLAGRANTE	- CPB Art. 333 CAPUT	PRESO EM FLAGRANTE em 08/01/2023

(*) IP RETOMBADO (**) IP ORIGINADO DE RETOMBAMENTO

** NÃO É VÍTIMA EM INQUÉRITOS **

** NENHUM TERMO CIRCUNSTANCIADO **

** NENHUM MANDADO DE PRISÃO **

** NENHUMA RECOMENDAÇÃO DE PRISÃO **

** NENHUM MANDADO DE LOCALIZAÇÃO JUDICIAL **

** NENHUMA INTIMAÇÃO POLICIAL **

** NENHUMA SENTENÇA CADASTRADA **

** NENHUM ALVARÁ CADASTRADO **

** NENHUMA FIANÇA **

** NENHUM OUTRO NOME **





OFÍCIO CIRCULAR APF Nº 3/2023-CORF
Protocolo Nº 50534/2023

Brasília-DF, 8 de Janeiro de 2023

Ref.: Inquérito Policial nº 5/2023-CORF

Ref.: Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

Senhores Juiz, Promotor e Defensor,

Ao tempo em que os cumprimento cordialmente e de ordem da Autoridade Policial FABIANO GOMES DE OLIVEIRA, comunico a Vossas Excelências que, em 08/01/2023, foi(ram) preso(s) e autuado(s) em flagrante, a(s) pessoa(s) abaixo elencada(s), devidamente qualificada(s) no Auto em epígrafe:

NOME.....: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DATA DE NASCIMENTO: 17/08/1949

PAI.....: JOSE OLINTHO CISCOUTO

MÃE.....: IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO

INCIDÊNCIA PENAL...: CPB Art. 333 CAPUT

SITUAÇÃO.....: PRESO EM FLAGRANTE - RECOLHIDO NA COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES - EFETUE A TRANSFERENCIA OU GERE A GUIA DE RECOLHIMENTO PARA A DCCP

TELEFONE.....: 313384-2483

ENDEREÇO.....: RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE, MG

LOCAL DA INFRAÇÃO.: Área SPO - SETOR POLICIAL - BRASÍLIA/DF - SPO IML/CPE NO INTERIOR DA CORF/DPE,

Atenciosamente,

DOUGLAS DA SILVA CURINGA

ESCRIVÃO DE POLÍCIA

227.827-8

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75

SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSC-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

GUIA DE RECOLHIMENTO DE PRESO
Nº 4/2023

De ordem da Autoridade Policial FABIANO GOMES DE OLIVEIRA faço recolher a esse estabelecimento prisional, à disposição da Justiça, a pessoa abaixo qualificada:

CÓDIGO PROCED.....: 1943869
NOME.....: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
ALCUNHA.....: NÃO INFORMADA
FILIAÇÃO.....: JOSE OLINTHO CISCOUTO e IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO
DATA NASC.....: 17/08/1949
SEXO.....: MASCULINO
PROFISSÃO.....: Vendedor, em geral
DOCUMENTOS.....: RG nº M714409, expedido pelo(a) SSP/MG
INCIDÊNCIA PENAL.: CPB Art. 333 CAPUT
EM VIRTUDE DE ...: PRESO EM FLAGRANTE

BRASÍLIA, 8 de janeiro de 2023

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75

DOUGLAS DA SILVA CURINGA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA
Mat. nº 227.827-8

Recebi em ____/____/2023 Responsável:_____
À DCCP



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSC-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



MEMORANDO Nº 20/2023-CORF
Protocolo Nº 50534/2023

Brasília-DF, 8 de Janeiro de 2023

Ref.: Inquérito Policial nº 5/2023-CORF
Ref.: Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

PARA: IML - INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL

De ordem da Autoridade Policial FABIANO GOMES DE OLIVEIRA apresento a Vossa Senhoria, a fim de ser submetido(a) ao(s) exame(s) de E.C.D - LESÕES CORPORAIS AD CAUTELAM , a pessoa abaixo qualificada, solicitando que o respectivo laudo nos seja encaminhado o mais breve possível.

NOME.....: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
DATA DE NASCIMENTO: 17/08/1949
SEXO.....: MASCULINO
PAI.....: JOSE OLINTHO CISCOUTO
MÃE.....: IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO
NACIONALIDADE.....: BRASILEIRA
NATURALIDADE.....: BICAS-MG
DOCUMENTOS.....: RG nº M714409, expedido pelo(a) SSP/MG, CPF nº 098.528.326-20
ENDEREÇO.....: RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE, MG
INCIDÊNCIA.....: CPB Art. 333 CAPUT
EM VIRTUDE DE.....: PRESO EM FLAGRANTE

Atenciosamente,

DOUGLAS DA SILVA CURINGA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA
227.827-8

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES

SPO, lote 23, Bloco D, Departamento Polícia Especializada, Complexo da PCDF - Brasília-DF - BRASÍLIA/DF -

CEP:70.610-907 Telefone(s): 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO)

Ocorrência Nº: 18/2023-0

Protocolo Nº: 50534/2023



IDENTIFICAÇÃO

*** FLAGRANTE ***

Tipo

CRIMINAL

DP APURAÇÃO

COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES
SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA,
COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF - BRASÍLIA

DADOS BÁSICOS

Natureza da Ocorrência: CORRUPCAO ATIVA

Data da Comunicação: 08/01/2023 às 23:35 Origem da Comunicação: PÚBLICO

Data do Fato: 08/01/2023 às 23:30 (Domingo)

Endereço do Fato: SPO IML/CPE, NO INTERIOR DA CORF/DPE, SPO - SETOR POLICIAL.

Cidade / UF: BRASÍLIA / DISTRITO FEDERAL

Praticado por menor: Não

Local Periciado: Não

Motivação: NÃO INFORMADO

DADOS DOS PROCEDIMENTOS GERADOS

INQUÉRITO POLICIAL

5/2023 - CORF

UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO À OCORRÊNCIA

Órgão	Prefixo-VTR	Responsável	Matrícula	Unidade/Cia
PCDF	0000000000	0000000000	0000000000	0000000000

CONDIÇÕES LOCAIS - CRIMINAL

Tipo Local: Descrição Local: ORGÃO PÚBLICO

PESSOAS ENVOLVIDAS

Nome: DOUGLAS DA SILVA CURINGA

Envolvimento: CONDUTOR FLAGRANTE.

Sexo: Masculino.

Profissão: Policial Civil

Órgão/Empresa: PCDF/3ª DP

Cargo/Função: ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Outros Contatos: MAT. 227.827-8

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Raça/Cor: NÃO INFORMADO

Nome: LEONARDO FLÁVIO RIBEIRO DE RESENDE

Envolvimento: TESTEMUNHA.

Sexo: Masculino.

Profissão: Policial Civil

Órgão/Empresa: PCDF/3ª DP

Cargo/Função: AGENTE DE POLÍCIA

Outros Contatos: MAT. 194.175-5

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Raça/Cor: NÃO INFORMADO

Nome: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

Envolvimento: AUTORIA CONHECIDA.

Pai: JOSE OLINTHO CISCOUTO





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES

SPO, lote 23, Bloco D, Departamento Polícia Especializada, Complexo da PCDF - Brasília-DF - BRASÍLIA/DF -

CEP:70.610-907 Telefone(s): 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO)

Ocorrência Nº: 18/2023-0

Protocolo Nº: 50534/2023

Mãe: IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO
Nacionalidade: BRASILEIRA Naturalidade: BICAS / MG
Data de Nascimento: 17/08/1949
Idade: 73 anos.
Sexo: Masculino.
Identidade: M714409 Órgão Expedidor/UF: SSP / MG
Profissão: Aposentado
Cargo/Função: APOSENTADO
Endereço Residencial: RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE
Estado: MINAS GERAIS
Telefone Residencial: (31) 3384-2483 / (31) 98427-7283
CPF: 098.528.326-20

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Raça/Cor: BRANCA

HISTÓRICO

Compareceu a esta Delegacia Especializada o policial DOUGLAS DA SILVA CURINGA, matrícula 227.827-8, juntamente com o policial LEONARDO FLAVIO RIBEIRO DE RESENDE, matrícula 194.175-5, ambos lotados na 3ª DP/PCDF, apresentando JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO por ter oferecido a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que fosse liberado seu aparelho celular de ser apreendido nos autos do APF nº 4/2023-CORF.

DAS PROVIDÊNCIAS

1. A prisão de JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO foi comunicada para a advogada CLARA NOVAES PERAZZO, OAB/DF 64088.

2. Foi lavrado o APF nº 05/2023-CORF - INCIDÊNCIA ART. 333, CÓDIGO PENAL

VERSÃO DE JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO - AUTORIA CONHECIDA,

Fará uso do seu direito constitucional de permanecer calado e virá se manifestar somente em juízo.

VERSÃO DE DOUGLAS DA SILVA CURINGA - CONDUTOR FLAGRANTE,

Informa que estava participando da operação policial da Polícia Civil do Distrito Federal relacionada aos fatos ocorridos em 08/01/2023 na esplanada dos ministérios em Brasília/DF. QUE estava nas dependências da CORF/PCDF realizando procedimentos do APF nº 4/2023-CORF/PCDF, quando no momento em que estava realizando a formalização dos documentos relacionados à JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO e foi pegar o aparelho celular dele para ser apreendido, JULIO CESAR lhe ofereceu a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que pudesse deixar de agir, liberando assim seu aparelho celular da apreensão. QUE a quantia, segundo JULIO CESAR, seria paga por sua filha, a qual mora em Belo Horizonte/MG e que ele faria contato com ela para o pagamento. QUE o fato ocorreu em uma sala com outros policiais civis que também estavam participando das operações realizadas pela PCDF. QUE no momento em que JULIO CESAR ofereceu o valor para liberar seu aparelho celular, foi dada voz de prisão para o mesmo e a situação apresentada para a autoridade policial responsável.

VERSÃO DE LEONARDO FLÁVIO RIBEIRO DE RESENDE - TESTEMUNHA,





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES

SPO, lote 23, Bloco D, Departamento Polícia Especializada, Complexo da PCDF - Brasília-DF - BRASÍLIA/DF -

CEP:70.610-907 Telefone(s): 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO)

Ocorrência Nº: 18/2023-0

Protocolo Nº: 50534/2023



Informa que é policial civil lotado na 3ª Delegacia de Polícia; que, no dia de hoje, 08/01/2023, estava atuando na operação policial referente aos atos ocorridos na Esplanada do Ministério; que, nessa condição, estava em apoio a outros policiais, em uma sala, na formalização das prisões; que, durante a formalização da prisão de JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, este ofereceu ao Escrivão de Polícia, Douglas da Silva Curinga, quantia em dinheiro para que não formalizasse a apreensão de seu aparelho celular, no importe de R\$ 5.000,00; que, imediatamente, o Escrivão de Polícia deu voz de prisão ao autuado e apresentou a situação à Autoridade Policial.

AUTENTICAÇÃO

Agente: 076.338-1 - FÁBIO DE ANDRADE PONTES

Delegado Chefe: 057.297-7 - WISLLEI GUSTAVO MENDES SALOMÃO

Delegado de Plantão: 240.534-2 - FABIANO GOMES DE OLIVEIRA

DESPACHO

057.297-7 - WISLLEI GUSTAVO MENDES SALOMÃO

1 - JUNTE-SE AO IP.

* * * H O M O L O G A D A em 09/01/2023 às 00:43h * * *



Para autenticar este documento, leia o QrCode ou informe a chave de acesso

no site: <https://valdoc.pcdf.df.gov.br>

7A3C CF9F 50CA FCC9 45B4 AF6D E31A A4B1





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7VARCRIBSB
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (280)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

NOTIFICAÇÃO

Comunicamos a distribuição do presente APF, informando, ainda, que a Folha de Antecedentes Penais será juntada em seguida pela equipe desta unidade, independente de nova intimação, devendo ser realizado o acompanhamento deste processo pelos interessados.

Brasília/DF, 09/01/2023 00:44

Assinado eletronicamente





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7VARCRIBSB
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (280)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

NOTIFICAÇÃO

Comunicamos a distribuição do presente APF, informando, ainda, que a Folha de Antecedentes Penais será juntada em seguida pela equipe desta unidade, independente de nova intimação, devendo ser realizado o acompanhamento deste processo pelos interessados.

Brasília/DF, 09/01/2023 00:44

Assinado eletronicamente



09/01/2023	SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES CRIMINAIS	04:24:56
------------	---	----------

SICP144		TJ/DF
---------	--	-------

* * CONSULTA POR NOME DO INDICIADO * *

(FONETICA)

NOME DO INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

TIPO DE CONSULTA.: C (DIGITE 'C' NO CASO DE CONSULTA POR NOME COMPLETO)

PAI: J (PRIMEIRA LETRA DO PAI)

MAE: I (PRIMEIRA LETRA DA MAE)

DATA DE NASCIMENTO: _____ (DDMMAAAA) OU ANO DE NASCIMENTO: 1949 (AAAA)

MENS ==>: NAO FOI ENCONTRADO NENHUM REGISTRO COM ESTE NOME.

MENS ==>: TECLE ENTRA PARA NOVA CONSULTA.



CERTIDÃO DE PASSAGEM

Parte: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
CPF: 098.528.326-20
Data de Nascimento: 17/08/1949
Pai:
Mãe: IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO

Processo: 0700623-48.2023.8.07.0001
Orgão Julgador: 7ª Vara Criminal de Brasília
Data da Distribuição: 09/01/2023
Classe Judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE
Assunto: Prisão em flagrante
Último Movimento: 09/01/2023 12:44 - Expedição de documento
Auto de Prisão em Flagrante: 5/2023
Delegacia: CORF_COORD REPR CRIM CONS TRIB
Data do Fato: 08/01/2023

Evento : Indiciamento
Data: 09/01/2023
Tipificações: CP 2848, Art. 333;



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF

0 processo(s) localizado(s) com argumento **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**

Este serviço não dispensa o uso dos instrumentos oficiais de comunicação para produção de efeitos legais. As informações são disponibilizadas no momento e na forma em que são inseridas na base de dados pelos serventuários dos órgãos judiciários. Na consulta pelo nome das partes, pode ocorrer a existência de homônimos

Circunscrições :

Brasília/DF, 09 Jan 2023 04:29AM - Acesso via INTERNET (IP:10.0.33.187) **Nenhuma parte encontrada com argumento JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**



Busca por Processos de Execução Penal

BUSCA POR:
Classe Processual: 386 - Execução da Pena
Segredo de Justiça: NÃO
Nome da Parte: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
Juízo: Todos

0 registro(s) encontrado(s)

Processo	Partes	Distribuição	Classe Processual (Assunto Principal)	Vara
Nenhum registro encontrado				





AO MM JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA/DF

Processo nº: 0700623-48.2023.8.07.0001

JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, já devidamente qualificado nos autos do presente procedimento, vem, por meio de sua advogada CLARA NOVAIS PERAZZO, inscrita nos quadros da OAB/DF sob o nº 64.088, informar que esta patrona realizará a audiência de custódia, bem como solicitar a designação do ato para a presente data, 09 de janeiro de 2023.

Tendo em vista a urgência, será juntada procuração devidamente assinada em momento oportuno.

Nestes termos,

pede deferimento.

Brasília/DF, 09 de janeiro de 2023.

CLARA NOVAIS PERAZZO

OAB/DF 64.088





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL LEONÍDIO RIBEIRO
LAUDO EM EDIÇÃO (SUJEITO A ALTERAÇÕES)

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO Nº 01003/23
(LESÕES CORPORAIS)

Ao (À) **COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES**

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de 2023, na cidade de Brasília, a fim de atender à requisição do(a) **MEMORANDO nº 20 do(a) CORF - COORD. DE REP. A CRIMES CONTRA CONSUMIDOR, A ORD. TRIBUTÁRIA E A FRAUDES**, datado de **08/01/2023**, protocolo nº **50534/2023**, ocorrência nº **18 de 2023** da **DELEGACIA DE COMBATE AOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL**, o(a) infra-assinado(a) médico(a)-legista **FILipe BARBOSA CAVALCANTI**, foi designado(a) pelo(a) Dra. **MARCIA CRISTINA BARROS E SILVA DOS REIS**, diretor(a) do **INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL LEONÍDIO RIBEIRO**, para proceder a exame de corpo de delito na pessoa abaixo identificada e responder aos quesitos formulados a seguir, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias o que encontrou, descobriu ou observou.

1. Identificação do(a) periciando(a) +
Nome: **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**
Nacionalidade: **BRASIL**
Passaporte:
Natural de: **BICAS - MG**
Sexo: **NÃO DECLARADO**
Cor da pele: **NÃO INFORMADA**
Nascimento: **17/08/1949**
Estado Civil: **NÃO INFORMADO**
Nome do pai: **JOSE OLINTHO CISCOUTO**
Nome da mãe: **IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO**
Endereço: **RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**
Documento: **9174 - PCDF, pertencente a: POLICIAL CONDUTOR**
CPF: **09852832620**
CTPS:

MARCIA CRISTINA BARROS E SILVA DOS REIS
Perita Médica-Legista
Matrícula: 177725-4
Diretora do IMLLR

2. Quesitos



- 1º) Há ofensa à integridade corporal ou à saúde?
- 2º) Qual o instrumento ou meio que a produziu?
- 3º) Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo ou tortura, ou outro meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?
- 4º) Houve perigo de vida?
- 5º) Resultou em incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias?
- 6º) Resultou em debilidade permanente de membro, sentido ou função, ou aceleração de parto (resposta especificada)?
- 7º) Resultou em incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente ou aborto (resposta especificada)?

3. Histórico

Trazido ao IML para exame cautelar por detenção em dia e horário não informados. Periciando nega agressão. Periciando confirmou seu nome e o nome da mãe, não portava o documento de identificação.

4. Descrição

a)

A perícia foi realizada a portas fechadas (sala de atendimento do IML-DF), estando presentes somente o periciado, sem algemas, e o perito médico-legista.

Inicialmente, conferiu-se a identidade com dados do memorando, conforme descrito no histórico.

O periciado foi informado que o exame solicitado pela autoridade tem por objetivo documentar as alterações de sua integridade corporal, e que consiste em entrevista (ouvi-lo) e proceder ao exame físico para documentar a presença de eventuais lesões. Antes de iniciar a perícia propriamente dita, obteve-se o consentimento (oral) do periciado para sua realização e que seria necessário despir-se.

Não foram observadas alterações aparentes na esfera psíquica, mas o exame sumário e por não especialista não permite conclusões definitivas.

b)

Periciando não apontou e nem foram identificadas lesões recentes durante a perícia.

5. Discussão

6. Conclusão

Ausência de lesões recentes.

7. Respostas aos quesitos

- 1 °) NÃO
- 2 °) PREJUDICADO
- 3 °) PREJUDICADO
- 4 °) PREJUDICADO
- 5 °) PREJUDICADO
- 6 °) PREJUDICADO
- 7 °) PREJUDICADO



Brasília, 9 de janeiro de 2023 - 08:28

Assinatura válida para:

01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23

01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23

FILIPE BARBOSA CAVALCANTI

01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23

Perito(a) Médico(a)-Legista

CRM: 14329

Impresso por: 002032x

Impresso por: 00203:

LAUDO EM EDIÇÃO (SUJEITO A ALTERAÇÕES)

00227029300002032x090120231020400010032317081949



ATÉ O MOMENTO ESTE DOCUMENTO NÃO FOI HOMOLOGADO.

Até o momento nenhuma imagem integra este laudo .**Podem existir aditamentos que ainda não foram homologados.**



AO MM JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA/DF

Processo nº: 0700623-48.2023.8.07.0001

JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, já devidamente qualificado nos autos do presente procedimento, vem, por meio de sua advogada CLARA NOVAIS PERAZZO, devidamente inscrita nos quadros da OAB/DF sob o nº 64.088, com endereço eletrônico: claranovais.adv@gmail.com, Whatsapp: 61-98426-2053, requer **prioridade na tramitação do feito**, tendo em vista os documentos pessoais do Investigado anexados aos autos, este conta com 73 anos de idade, fazendo, por isso, jus ao benefício da prioridade na tramitação de procedimentos judiciais, nos termos do art. 1.048 do Código de Processo Civil e art. 71 do Estatuto do Idoso.

Ademais, o Investigado faz uso de remédios controlados de forma contínua, conforme receita e fotos anexadas.

Requer ainda, que todos os atos e publicações alusivos ao feito sejam também realizados em nome da supracitada patrona, sob pena de nulidade.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 09 de janeiro de 2023.

CLARA NOVAIS PERAZZO

OAB/DF 64.088



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

MG

NOME
JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
M714409 SSP MG

CPF
098.528.326-20

DATA NASCIMENTO
17/08/1949

FILIAÇÃO
JOSE OLINTHO CISCOUTO
IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
00913301104

VALIDADE
06/01/2024

1ª HABILITAÇÃO
10/10/1968

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
08/01/2021

ASSINATURA DO EMISSOR
Kleyverson Rezende
Diretor DETRAN/MG

09153044605
MG585511470

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2179326977

PROIBIDO PLASTIFICAR
2179326977

NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS
Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Rua Mar de Espanha,525 - Santo Antônio - BH - MG / CEP: 30.330-900
CNPJ:17.281.106/0001-03 Insc. Estadual: 062.000.139.0014
www.copasa.com.br - Agência Virtual www.arsae.mg.gov.br - Agência Reguladora

UNMT/GRBO 259 310620058 27 41 28 120

AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMA

R DESEMBARGADOR RIBEIRO DA LUZ 165
LJ A BARREIRO - BELO HORIZONTE
De 08:00 as 12:00 e 13:00 as 17:00

Fale com a
COPASA **115**

JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
R CIPRIANO DE CARVALHO
BARREIRO

76
BELO HORIZONTE

MG
CEP: 30640-130

Pág.: 01/01

REFERÊNCIA DA FATURA				IDENTIFICADOR USUÁRIO 0 005 701 448 2		MATRÍCULA 0 000 243 345 1					
Número	Data de Emissao	Data de Apresentação	Mês								
001.22.77049459-2	09/01/2023	09/01/2023	12/2022								
HIDRÔMETRO	LEITURA		CONSUMO FATURADO		PRÓXIMA LEITURA	QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS					
Y03N 0029428	Atual	Anterior	m3	Litros	04/01/2023	Serviço	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
	4361	4359	2	2.000		Água		1			
	05/12/2022	03/11/2022	Dias de consumo: 32			Esgoto		1			

HISTÓRICO DE CONSUMO				TARIFA								
	Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média diária Litros	CALCULO RESIDENCIAL								
				Faixas de consumo em 1.000 Litros	Consumo da faixa em 1.000 Litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$ / Mil Litros Água	Valor Água R\$	R\$/Mil Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	Sub Total R\$
DEZ/2022	2.000	32	62	FIXA	--	1	--	--	17,61	--	13,03	30,64
NOV/2022	13.000	30	433	0 A 5	2,00000	1	2,00	1,82000	3,64	1,35000	2,70	6,34
OUT/2022	8.000	32	250									
SET/2022	13.000	30	433									
AGO/2022	14.000	32	437									
JUL/2022	13.000	30	433									
JUN/2022	9.000	28	321									
MAI/2022	9.000	31	290									
ABR/2022	10.000	31	322	SOMA	2,00000		2,00		21,25		15,73	36,98
MAR/2022	29.000	29	1.000						VOLUME RATEADO			m ³
FEV/2022	13.000	29	448									
JAN/2022	13.000	33	393									

CONSUMO MÉDIO		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/LANÇAMENTOS	
m ³	litros	ABASTECIMENTO DE AGUA	21,25
10	10.000	ESGOTO DINAMICO COM COLETA E TRATAMENTO - EDT	15,73
SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO		COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS - AGUA	0,16
62 LITROS DE ÁGUA		COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS - ESGOTO	0,01
Água	Esgoto		
0,66	0,49		

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$ 2,45

DEBITO AUTOMATICO - FATURA VENCIDA EM 22/11/2022
- LIQUIDADADA
BRADESCO S.A. AG. 2640

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA
(Portaria de consolidação nº5/2017-Anexo XX do MS- Decreto 5440)

Período: 10/2022

Número de Amostras

	Cloro Totais	Coliformes Totais	Cor	Escherichia Coli	Fluoreto(*)	Turbidez
Mínimo	365	365	137	365	0	365
Analisadas	381	381	378	381	0	380
Fora Padrões	1	3	2	0	0	2
Dentro Padrões	380	378	376	381	0	378

Observações: *Não obrigatório Significado dos parâmetros: Acesse : www.copasa.com.br

VENCIMENTO

25/12/2022

TOTAL A PAGAR

*****R\$ 37,15

PAGANDO ATÉ O VENCIMENTO VOCÊ EVITA:	
Cobrança de multa de 2%, juros de mora e atualização monetária, emissão de aviso de débito e suspensão do fornecimento	

INFORMAÇÕES GERAIS

PAGUE COM PIX.
ABRA O APLICATIVO DE SEU BANCO E ESCOLHA A OPCAO PAGAR COM QR CODE. DEPOIS BASTA APONTAR A CAMERA PARA O CODIGO AO LADO E CONFIRMAR O PAGAMENTO.


EM CASO DE ORDEM DE PAGAMENTO, MENCIONAR O NÚMERO DESSA FATURA


2ª via emitida em: 09/01/2023

CÓD. DÉBITO AUTOMÁTICO	NÚMERO DA FATURA	MÊS/REF.:	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0 000 243 345 1	001.22.77049459-2	12/2022	25/12/2022	*****R\$37,15


(AUTENTICAR NO VERSO)

82620000000-6 37150019100-7 12277049459-1 23106200582-3



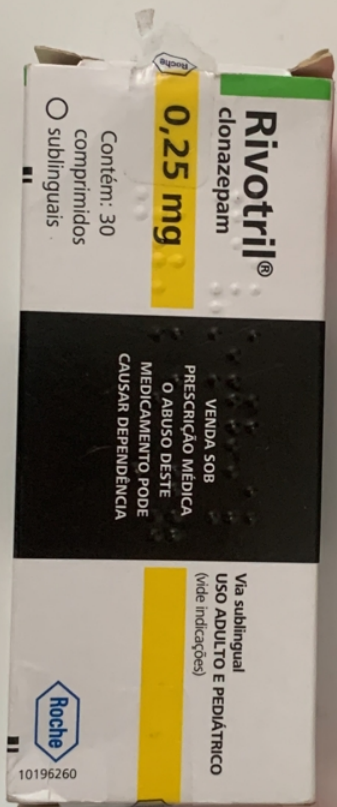
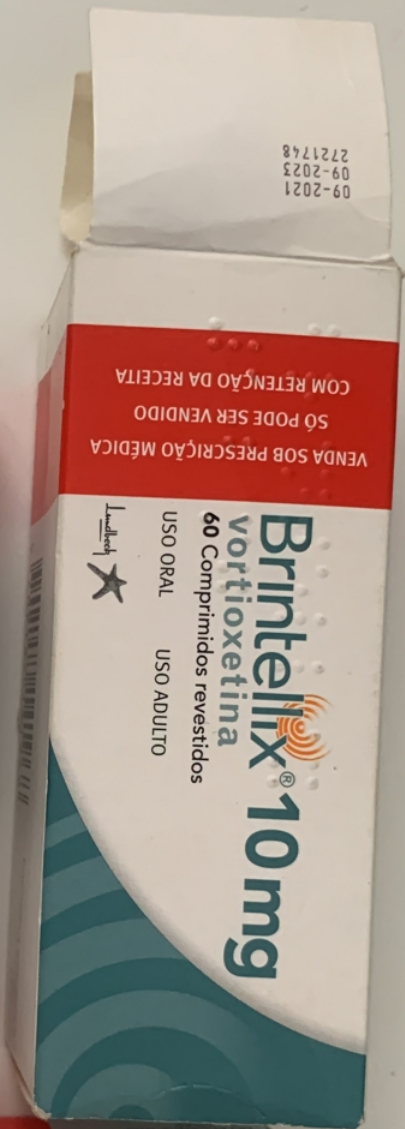


Scanned with CamScanner



Este documento foi gerado pelo usuário 802.111.111-49 em 19/06/2023 15:45:20
Número do documento: 2301091724189700000135056297
<https://pje.spf.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2301091724189700000135056297>
Assinado eletronicamente por: CLARA NOVAIS PERAZZO - 09/01/2023 17:24:19

Num. 146379006 - Pág. 1



Dr. Antônio Carlos Silvestre

Psiquiatria RQE 840 - CRM-MG 6979

Membro da Associação Brasileira de Psiquiatria nº 615

Av. Brasil, 1831 - Ed. Mont Serrat - Sala 1301 - Telefone: (31) 3261-7046 - Belo Horizonte - MG

1ª - Via Farmácia
2ª - Via Paciente

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

Paciente:

Endereço:

Prescrição:

P. Julio Cesar Oliveira Almeida

uso oral

1. Brintellix 10mg 60 minutos/
famar 1comp após o
Café da manhã

2. Lamictal OD 50mg, 120mg
famar 1comp às 21h

3. Rivotril 2mg famar
1comp às 21h

Juliana
07/07/2022

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome:

Ident.:

End.:

Cidade:

Org. Emissor:

UF:

Tel.:

Dr. Antônio Carlos Silvestre
IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
CRM-MG 6979
CONTROLE 9106696

Assinatura do Farmacêutico - Data

/ /

Scanned with CamScanner

URGENTE- RÉU PRESO

PRIORIDADE- PESSOA IDOSA

Processo nº: 0700623-48.2023.8.07.0001

JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem por meio de sua advogada, perante Vossa Excelência requerer:

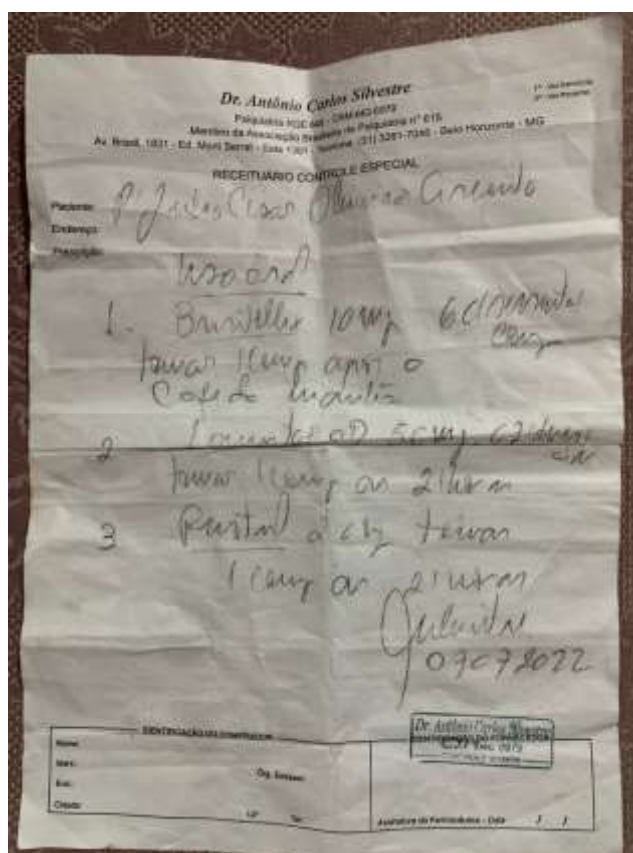
RELAXAMENTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE/CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA- subsidiária

com base no artigo 5º, LXV da Constituição Federal e artigo 310, I do Código de Processo Penal c/c com os artigos 310, III e 312, do Código de Processo, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I- DOS FATOS

Trata-se de pessoa idosa, atualmente com 73 anos de idade, primária que faz uso de remédios controlados de forma contínua, conforme comprova-se a seguir:





O requerente foi preso no dia 08/01/2023 em flagrante delito por suposta prática de crime de corrupção ativa (artigo 333 do CPB).

O flagranteado foi recolhido ao Complexo da Papuda após a lavratura do auto de prisão em flagrante e assim permanece desde então, sem que houvesse qualquer manifestação do magistrado sobre a liberdade do requerente, fundamentos que justificassem sua segregação, **bem como qualquer manifestação no sentido de designação de audiência de custódia até a presente data.**

II- DA PROCURAÇÃO

Primeiramente em decorrência da inviabilidade em colher assinatura no instrumento de procuração em tempo hábil, requer a habilitação da Dra. Clara Novais Perazzo OAB/DF 64.088, com endereço profissional na C 07, Edifício Taguatinga Trade Center- sala nº 117, Taguatinga/DF, telefone: 61-98426.2053, e-mail: claranovais.adv@gmail.com, em atendimento ao artigo 5º, §1º, Lei 8.906/94.



Cabe ainda informar, que serão feitas diligências para obter o quanto antes a procuração devidamente assinada, a qual será devidamente anexada ao presente processo.

III- DA NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Alertamos para o grave incidente processual ocorrido em face da ausência indispensável da audiência de custódia.

O desrespeito a este procedimento torna a manutenção da prisão em flagrante totalmente ilegal e desproporcional, cabendo a Vossa Excelência determinar a melhor decisão com base no princípio da dignidade da pessoa humana em face de pessoa idosa, atualmente com 73 anos, a qual faz uso de medicamento psiquiátricos de uso controlado.

IV- DA MANUTENÇÃO IRREGULAR DA PRISÃO EM FLAGRANTE

Averiguando os autos do processo, a prisão em flagrante deu-se em 08/01/2023, perfazendo-se por mais de 48 horas sem a manifestação dos magistrados sobre sua prisão, uma vez que, após o advento da Lei n. 12.403/2011, a prisão decorrente do flagrante passou a ter brevíssima duração, pois, o delegado enviará ao juiz cópia do auto em até 24 horas após a prisão, e este, imediatamente, deverá convertê-la em preventiva ou conceder liberdade provisória (REIS; GONÇALVES. p. 357, 2012).

Assim, permanecendo Réu em situação de flagrância até o momento nos prostones autos, por ora rogamos a Vossa Excelência em relaxar a prisão em flagrante nos termos do Art. 310, I, ora mantida irregularmente.



V- DO DIREITO

A audiência de custódia, segundo o Supremo Tribunal Federal, constitui direito público subjetivo, de caráter fundamental (HC 188888/MG, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 6/10/2020 (Info 994). Consiste no direito que todo preso possui de ser levado à presença da autoridade judicial, no prazo de 24 horas, para que sejam avaliadas as circunstâncias em que se realizou sua prisão e examinados os aspectos de legalidade formal e material do auto de prisão.

Neste sentido, colaciona-se a seguir decisão prolatada no HC: 485355:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA. PEDIDO DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N. 691 DO STF. TERATOLOGIA. PRISÃO EM FLAGRANTE POR MAIS DE 24 HORAS. DEMORA NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. ILEGALIDADE CARACTERIZADA. ORDEM CONCEDIDA. 1. Permite-se a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal quando, a um primeiro olhar, constatar-se flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente. 2. No caso dos autos, o investigado foi preso em 13/12/2018 e permaneceu custodiado unicamente em função do flagrante até o cumprimento da decisão que deferiu o pedido liminar. 3. Considerando que a prisão em flagrante se caracteriza pela precariedade, de modo a não permitir-se a sua subsistência por tantos dias sem a homologação judicial e a convalidação em prisão preventiva, identifico manifesta ilegalidade na omissão apontada, a permitir a inauguração antecipada da competência constitucional deste Tribunal Superior. 4. Ordem concedida para, confirmada a liminar, relaxar a prisão em flagrante do autuado, sem prejuízo da possibilidade de decretação da prisão preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de medida alternativa, nos termos do art. 319 do CPP. Determinada, ainda, comunicação ao CNJ. (STJ - HC: 485355 CE 2018/0340228-9, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 19/03/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/03/2019).



Conforme narrado acima, aplicam-se ainda ao presente caso os ditames do art. 310, III, do Código de Processo Penal, tendo em vista que não estão presentes os requisitos para prisão preventiva, fazendo jus ao Réu a concessão da liberdade provisória.

Registre-se que ainda que “o princípio constitucional de inocência impede a prisão cautelar quando não se encontrarem presentes os seus requisitos, fundados em fatores concretos”.

Da Ausência dos Fundamentos do Artigo 312 do Código de Processo Penal.

A priori, cumpre ressaltar que o autor não preenche os pressupostos que autorizam a manutenção do flagrante e ou preventiva. Visto que, após as alterações introduzidas pela lei nº 6.416/77 no ordenamento jurídico brasileiro, a manutenção da prisão em flagrante passou a depender da existência dos pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, antes apenas aplicáveis à prisão preventiva.

Em outras palavras, a lei transformou a liberdade provisória em regra, devendo ser a prisão provisória, em qualquer uma de suas formas, uma exceção dentro da sistemática processual penal brasileiro.

Quanto aos fundamentos do artigo 312, únicos capazes de motivar uma decisão de manutenção da prisão em flagrante, são eles: garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, conveniência da instrução criminal e assecuração da aplicação da lei penal. Tais fundamentos, não se encontram presentes no caso, assim, não existe vedação Legal para que não seja concedida a Liberdade Provisória.

A prisão para garantia da ordem pública visa impedir que um determinado réu cometa novos crimes contra a vítima, ou contra qualquer outra pessoa. Geralmente, se aplica àquelas pessoas com propensão à violência, na maioria das vezes evidenciada no próprio delito.

Tal fundamento não está presente no caso. O indiciado é pessoa de bem, mora com os familiares, outrossim, o requerente forneceu sua identidade e endereço (anexos) à este juízo, não pairando sobre isto quaisquer dúvidas de sua identificação e domicílio, corroborando sua qualificação com as do auto de prisão em flagrante APFD.



Sendo o Réu primário com bons antecedentes (conforme certidão nos autos) ausência de sentenças transitadas em julgado, o que pode ser observado nos registros criminais constantes dos autos do processo.

Quanto a manutenção do flagrante por respeito à ordem pública, este é também é discutível, visto que a garantia da ordem pública não será abalada, pois embora o presente procedimento tenha ocorrido em decorrência dos atos anti-democráticos, a conduta não foi individualizada ainda, portanto não faz sentido mantê-lo custodiado até o momento, até porque se trata de pessoa idosa que faz uso de remédios, precisa de atendimento médico especializado e não oferecerá nenhum risco à regular marcha processual, pois tem endereço fixo, inclusive com apresentação de comprovante de residência. O réu era apenas mais um manifestante ali naquele fato.

Com relação à manutenção da prisão com fundamento na manutenção da ordem econômica, nada há a ser alegado a esse respeito, vez que tal hipótese se aplica unicamente aos crimes que possuem como bem jurídico tutelado a economia nacional, ou o sistema tributário, o que não é o caso.

No que se refere à prisão por conveniência da instrução criminal, esta também não merece acolhimento. Esse fundamento se configura a partir do momento em que o réu age no sentido de apagar vestígios, coagir testemunhas, desaparecer com provas do crime. No presente caso, tem-se que a conveniência da instrução não será desequilibrada, pois o acusado é o maior interessado nos benefícios processuais cabíveis.

O último fundamento que autoriza a manutenção da prisão em flagrante é a garantia da aplicação da lei penal. Esse fundamento se caracteriza pela necessidade de ser imposta a prisão como forma de impedir o desaparecimento do autor. É aplicável em situações especiais, a réus que não possuem domicílio definido ou não possuam laços familiares. Não se trata do presente caso, pois o mesmo é pai, avô e anseia o retorno para ninho familiar.

Neste mesmo sentido, diz o insigne JULIO FABBRINI MIRABETE:



Como, em princípio, ninguém dever ser recolhido à prisão senão após a sentença condenatória transitada em julgado, procura-se estabelecer institutos e medidas que assegurem o desenvolvimento regular do processo com a presença do acusado sem sacrifício de sua liberdade, **deixando a custódia provisória apenas para as hipóteses de absoluta necessidade** (grifo nosso). Trata-se, pois, de um direito subjetivo processual do acusado, e não uma faculdade do juiz, que permite ao preso em flagrante readquirir a liberdade por não ser necessária sua custódia. Não pode o juiz, reconhecendo que não há elementos que autorizariam a decretação da prisão preventiva, deixar de conceder a liberdade provisória. ”

Diante do exposto, colaciona-se recente decisão do nosso Tribunal:

HABEAS CORPUS. INQUÉRITO POLICIAL. APURAÇÃO DE CRIME DE ESTUPRO. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CO-INDICIADA SOLTA EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. PACIENTE IDOSO E PRIMÁRIO. EVASÃO JUSTIFICÁVEL. AUSÊNCIA DE REQUISITOS QUE AUTORIZEM A MEDIDA EXCEPCIONAL DE PRISÃO. ORDEM CONCEDIDA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. 1. Pessoa acusada de estupro. Prisão Preventiva. A prisão preventiva é medida excepcional que só será admitida se for imprescindível para a garantia da ordem pública, para assegurar a aplicação da lei penal ou para a conveniência da instrução criminal. No caso, não se vislumbra a ocorrência de nenhuma das hipóteses para a constrição do paciente, que é investigado por crime de estupro, cuja principal autora encontra-se em liberdade. Ainda, as condições pessoais do paciente (idoso, primário, com residência própria, trabalho lícito e família constituída), demonstram que ele não apresenta periculosidade concreta a ensejar a medida constritiva de sua liberdade. 2. O paciente tão logo soube da acusação constituiu advogado, a indicar que deseja contribuir com a Justiça no deslinde do crime, e que não se furtará à aplicação da lei penal. 3. Ordem concedida. Recolha-se o mandado de prisão. Caso o paciente já se encontre preso, expeça-se



Alvará de Soltura, mediante o compromisso de comparecer a todos os atos do Inquérito e do processo, se porventura vier a ser denunciado. (2ª Turma Criminal, Processo nº: 07073811720218070000, Relator: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 15/04/2021, , Data de Publicação: DJe 20/04/2021)

Demonstrada, portanto, a ausência dos pressupostos do artigo 312, resta demonstrada de forma cabal a ilegalidade na manutenção da prisão em flagrante que já perdura por mais de 48 horas, devendo o réu ser posto em liberdade.

Em se tratando de hipótese de ilegalidade da prisão em flagrante, o magistrado pode relaxar a prisão mesmo antes da oitiva do Ministério Público. Ressalte-se que, conforme entendimento jurisprudencial, a liberdade concedida ao réu em face da ausência dos pressupostos supramencionados não constitui faculdade do juiz, mas direito processual subjetivo do indiciado ou acusado:

“TACRSP: Se a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei não correm grave perigo deve a liberdade provisória ser concedida ao acusado preso em flagrante, nos termos do art. 310, parágrafo único do CPP. (RT 526/329) ”.

DOS PEDIDOS

Rogamos a Vossa Excelência em:

1- RELAXAR a prisão em flagrante nos termos do Art. 310, I, ora mantida irregularmente causando enorme constrangimento, procedendo-se imediatamente o alvará de sultura.

2- Subsidiariamente, requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 316 do CPP a concessão da Liberdade Provisória, para que o indiciado possa reintegrar o convívio social, visto que não estão presentes os requisitos elencados no art. 312 do CPP, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo para os quais for intimado.



3- Requer, outrossim, a expedição do competente alvará de soltura para o cumprimento de imediato pela autoridade policial ou sistema prisional regional de Brasília, que mantém sua custódia.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

CLARA NOVAIS PERAZZO

OAB/DF 64.088



MM. juiz,

Segue petição.

Jean Cleber Garcia

Advogado





JEAN CLEBER GARCIA & ADVOGADOS

Ao Juízo do Núcleo de Audiência de Custódia – NAC - TJDFT

Ref: 0700623-48.2023.8.07.0001

Jean Cleber Garcia, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 31570, vem informar que representa os interesses de **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO - CPF: 098.528.326-20**.

Considerando, no oportuno, que em virtude dos procedimentos adotados no sistema prisional do Distrito Federal, não foi possível colher a assinatura do flagranteado no instrumento de procuração.

Outrossim, considerando que o advogado, alegando urgência, poderá atuar sem procuração – art. 5º, §1º da Lei nº 8.906/94 – requer sua habilitação nos autos.

Visando subsidiar eventuais alegações a serem levantadas em sede de audiência de custódia, é juntado no oportuno documento de identidade do custodiado, que conta hoje com 73 (setenta e três) anos de idade, bem como, documentos que comprovam ser o custodiado pessoa com ocupação lícita.

Segue e-mail para envio do link da audiência de custódia a ser designada.

SIG QD 01 LOTE 385 – SALA 243 – ED. PLATINUM – BRASÍLIA – DF – CEP 70610-410
WWW.JCGADVOGADOS.ADV.BR – E-MAIL: JCG@JCGADVOGADOS.ADV.BR
(61) 3877 3628 (61) 99995 3618





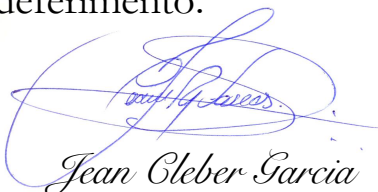
JEAN CLEBER GARCIA & ADVOGADOS

jeancleber1@hotmail.com

Telefone (61) 999953618

Nestes termo,

Pede deferimento.



Jean Cleber Garcia

OAB/DF 31.570



JEAN CLEBER GARCIA & ADVOGADOS

SIG QD 01 LOTE 385 – SALA 243 – ED. PLATINUM – BRASÍLIA – DF – CEP 70610-410
WWW.JCGADVOGADOS.ADV.BR – E-MAIL: JCG@JCGADVOGADOS.ADV.BR
(61) 3877 3628 (61) 99995 3618



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

MG

NOME
JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
M714409 SSP MG

CPF
098.528.326-20

DATA NASCIMENTO
17/08/1949

FILIAÇÃO
JOSE OLINTHO CISCOUTO
IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
00913301104

VALIDADE
06/01/2024

1ª HABILITAÇÃO
10/10/1968

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
08/01/2021


ASSINATURA DO EMISSOR
Kleyverson Rezende
Diretor DETRAN/MG

09153044605
MG585511470

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2179326977

PROIBIDO PLASTIFICAR
2179326977




Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 002 - 02/09/2015 15:08



15/594.764-8

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Ag. Auxiliar do Comércio

31203838624

2062


1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **BARREIRAO COUROS LTDA -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP




J153033326664

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

RFB

☒ A ☐ P ☐ P

Cot. 

BELO HORIZONTE

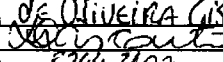
Local

31 Agosto 2015

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **MARCIA DE OLIVEIRA GISCOURI**

Assinatura: 

Telefone de Contato: **5244-3100**

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO

☐ SIM

☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

Processo em Ordem À decisão

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Roberto Brito Nogueira Junior

Analista de Gestão e Registro Empresarial

JUCEMG - MSP. 1124320-1

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Proci

☐ Proci

☐ Proci

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5577149

EM 04/09/2015

#BARREIRAO COUROS LTDA -ME#

PROTOCOLO: 15/594.764-8

AN1705326



MARINELY DE PAULA BOMFIM

SECRETARIA GERAL

JUCEMG

1

Vogal

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5577149 em 04/09/2015 da Empresa BARREIRAO COUROS LTDA -ME, Nire 31203838624 e protocolo 155947648 - 02/09/2015. Autenticação: 88CD86A4F76FE1213536CF55B6383B62C97AEA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/594.764-8 e o código de segurança n7HX Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 1/9

Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito do Bairro
Rua José Brando, 85 - Bairro da Baixa - CEP 30445-020 - Belo Horizonte / MG
RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA A(S) FIM(A)S DE:
(BXG33144) MARCIA DE OLIVEIRA CISCOUTO *****
Belo Horizonte, 31/08/2015 11:55:47 T01 21578
Tx: Fisc: R\$1,25 Emol: R\$3,79 Rcp: R\$0,23 Total: R\$5,27
Raquel Faria Lopes / Escrevente (sinal em www.censec.org.br)
Selo de digitalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BXG 33144

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5577149 em 04/09/2015 da Empresa BARREIRAO COUROS LTDA -ME, Nire 31203838624 e protocolo 155947648 - 02/09/2015. Autenticação: 88CD86A4F76FE1213536CF55B6383B62C97AEA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/594.764-8 e o código de segurança n7HX Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/9

BARREIRÃO COUROS LTDA – ME.
OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.



Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato e na melhor forma do direito os sócios:

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 17/08/1949, natural de Bicas/MG, residente e domiciliado à Rua Cipriano de Carvalho, nº. 76, bairro Barreiro, CEP 30.640-130, Belo Horizonte/MG, portador da carteira de identidade nº. M-714.409, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e CPF 098.528.326-20.

MÁRCIA DE OLIVEIRA CISCOUTO, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 15/10/1956, natural de Bicas/MG, residente e domiciliada à Rua Cipriano de Carvalho, nº. 76, bairro Barreiro, CEP 30.640-130, Belo Horizonte/MG, portadora da carteira de identidade nº. M-2.071.305, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e CPF 384.923.506-87.

Únicos componentes da sociedade empresária limitada denominada **BARREIRÃO COUROS LTDA - ME**, registrada na JUCEMG sob o nº. 3.120.383.862-4 em 25.02.1992, e última alteração sob nº. 3.858.762 em 10.12.2007, inscrita no CNPJ sob o nº. 41.826.132/0001-54, resolvem em comum acordo alterar pela oitava vez o contrato social e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:


CLÁUSULA PRIMEIRA – SÓCIOS: Neste ato a sócia **MÁRCIA DE OLIVEIRA CISCOUTO**, já qualificada anteriormente, cede e transfere, dando plena e geral quitação as suas 9.000 (nove mil) quotas, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) ao sócio **JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**, já qualificado anteriormente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após efetivada as alterações acima, assim ficou a distribuição do capital social:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO %	Nº. DE QUOTAS	VR. QUOTAS(R\$)
Júlio César de Oliveira Ciscouto	80%	24.000	R\$ 24.000,00
Márcia de Oliveira Ciscouto	20%	6.000	R\$ 6.000,00
Total	100%	30.000	R\$ 30.000,00

Sem mais a alterar, consolidam o contrato social conforme cláusulas a seguir:

1

 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5577149 em 04/09/2015 da Empresa BARREIRAO COUROS LTDA -ME, Nire 31203838624 e protocolo 155947648 - 02/09/2015. Autenticação: 88CD86A4F76FE1213536CF55B6383B62C97AEA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/594.764-8 e o código de segurança n7HX Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/9



BARREIRÃO COUROS LTDA – ME.
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.



JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 17/08/1949, natural de Bicas/MG, residente e domiciliado à Rua Cipriano de Carvalho, nº. 76, bairro Barreiro de Baixo, CEP 30.640-130, Belo Horizonte/MG, portador da carteira de identidade nº. M-714.409, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e CPF 098.528.326-20, e **MÁRCIA DE OLIVEIRA CISCOUTO**, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 15/10/1956, natural de Bicas/MG, residente e domiciliada à Rua Cipriano de Carvalho, nº. 76, bairro Barreiro de Baixo, CEP 30.640-130, Belo Horizonte/MG, portadora da carteira de identidade nº. M-2.071.305, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e CPF 384.923.506-87. Únicos componentes da sociedade empresária limitada denominada **BARREIRÃO COUROS LTDA - ME**, registrada na JUCEMG sob o nº. 3.120.383.862-4 em 25.02.1992, e última alteração sob nº. 3.858.762 em 10.12.2007, inscrita no CNPJ sob o nº. 41.826.132/0001-54, que se rege pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – NATUREZA JURÍDICA E DENOMINAÇÃO: A sociedade empresária caracterizada limitada possui a denominação social de **BARREIRÃO COUROS LTDA – ME**.

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE E FORO: A sociedade tem sua sede social na Avenida Sinfrônio Brochado, nº. 1577, lojas 2 e 3, bairro Barreiro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.640-000. O foro eleito para dirimir quaisquer pendências judiciais é o da comarca de Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto social o comércio varejista de artigos de colchoaria, tapeçaria, decorações, cutelarias, couros, peles, borrachas, plásticos, lonas, adesivos, vinil, chapas plásticas, tecidos, tintas, espumas e seus artefatos, artigos para fabricação de toldos, comunicação visual e serigrafia, importação e exportação de máquinas e suprimentos para comunicação visual.

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL: O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e assim distribuído:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO %	Nº. DE QUOTAS	VR. QUOTAS(R\$)
Júlio César de Oliveira Ciscouto	80%	24.000	R\$ 24.000,00
Márcia de Oliveira Ciscouto	20%	6.000	R\$ 6.000,00
Total	100%	30.000	R\$ 30.000,00



BARREIRÃO COUROS LTDA – ME.
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazos previstos para integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Verificada a mora, poderá, por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas se houver.

CLÁUSULA QUINTA: O sócio participa dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade iniciou suas atividades em 25.02.1992 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade não possui filial, entretanto poderá a qualquer tempo abrir filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA OITAVA – ADMINISTRAÇÃO: A administração da sociedade é exercida pelos sócios **JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO** e **MÁRCIA DE OLIVEIRA CISCOUTO**, já qualificados anteriormente que na qualidade de administradores, assinarão todos e quaisquer documentos, em conjunto ou isoladamente, representando ativa e passivamente a sociedade em todos os fins legais e de direito, inclusive judiciais e extrajudiciais, e a quem são outorgados amplos e gerais poderes de representação da sociedade. Esses poderes abrangem, inclusive, entre outros, os de representar a sociedade perante entidades, autarquias e órgãos da administração pública municipal, estadual e federal; bem como os de firmar contratos ou quaisquer outros documentos, cabendo aos referidos administradores a prática de todos os atos necessários à gestão da sociedade.

3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5577149 em 04/09/2015 da Empresa BARREIRÃO COUROS LTDA -ME, Nire 31203838624 e protocolo 155947648 - 02/09/2015. Autenticação: 88CD86A4F76FE1213536CF55B6383B62C97AEA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/594.764-8 e o código de segurança n7HX Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/9



BARREIRÃO COUROS LTDA – ME.
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica autorizado ao administrador o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros tais como avais, fianças, etc.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA NONA: A título de pró-labore e a débito da conta DESPESAS ADMINISTRATIVAS ou equivalente, os sócios **JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO** e **MÁRCIA DE OLIVEIRA CISCOUTO**, já qualificados anteriormente, farão jus a uma retirada mensal a ser determinada de acordo com a movimentação ou conveniência da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: As deliberações dos sócios, quando não forem por consenso unânime, serão tomadas em reunião devendo ser convocada pelo administrador nos termos do art. 1.072 e 1152 do CC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Dispensam-se as reuniões quando os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Realizada a reunião dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será, apresentada ao registro público de empresas mercantis, para arquivamento e averbação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- A) Aprovação das contas da administração;
- B) A designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- C) A destituição dos administradores;
- D) O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- E) A modificação do contrato social;
- F) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- G) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

4



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5577149 em 04/09/2015 da Empresa BARREIRÃO COUROS LTDA -ME, Nire 31203838624 e protocolo 155947648 - 02/09/2015. Autenticação: 88CD86A4F76FE1213536CF55B6383B62C97AEA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/594.764-8 e o código de segurança n7HX Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/9



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***-49 em 19/06/2023 15:45:21

Número do documento: 23011318002722400000135362013

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011318002722400000135362013>

Assinado eletronicamente por: JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - 13/01/2023 18:00:27

Num. 146738273 - Pág. 6

BARREIRÃO COUROS LTDA – ME.
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.



H) O pedido da recuperação judicial, bem como a apresentação do plano de pagamento aos credores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deliberações dos sócios serão tomadas obedecendo o que determina o art. 1.076 do CC.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios representando mais metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurarem justa causa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não sendo configurada a justa causa a exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

5



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5577149 em 04/09/2015 da Empresa BARREIRÃO COUROS LTDA -ME, Nire 31203838624 e protocolo 155947648 - 02/09/2015. Autenticação: 88CD86A4F76FE1213536CF55B6383B62C97AEA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/594.764-8 e o código de segurança n7HX Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/9



BARREIRÃO COUROS LTDA – ME.
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.



PARÁGRAFO SEGUNDO: Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade verificada em balanço especialmente levantado à data da resolução e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

PARÁGRAFO QUARTO: Podem os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime ou a seus herdeiros da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO: A retirada ou exclusão de sócio não o exime também da responsabilidade pelas obrigações sócias posteriores e em igual prazo como prevista nesta cláusula não se requerer a averbação da resolução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feitas as necessárias amortizações e provisões o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e até 30 dias antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos neste artigo devem ser postos por escrito e com a prova do respectivo recebimento à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Os administradores declaram formalmente, sob a apenas da lei de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial ou em

6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5577149 em 04/09/2015 da Empresa BARREIRÃO COUROS LTDA -ME, Nire 31203838624 e protocolo 155947648 - 02/09/2015. Autenticação: 88CD86A4F76FE1213536CF55B6383B62C97AEA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/594.764-8 e o código de segurança n7HX Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/9



BARREIRÃO COUROS LTDA – ME.
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.




virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.


CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os casos omissos no presente instrumento serão aplicados supletivamente a Lei 10.406/02 - livro II – Código Civil e Legislação Complementar.

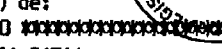
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento que, após assinado, será levado para arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

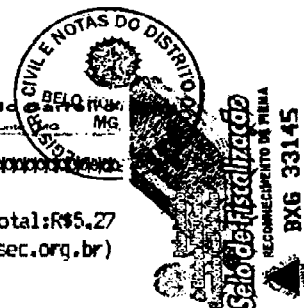
Belo Horizonte, 25 de agosto de 2015.

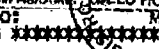

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

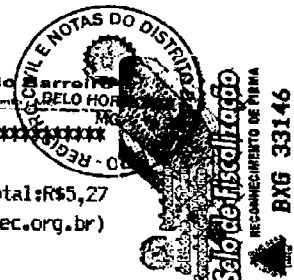

MÁRCIA DE OLIVEIRA CISCOUTO


Dayette Vilela de Moraes Neto
Advogado
OAB/MG: 120.495


Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito do Barreirão
Rua José Brancato, 88 - Barreirão de Minas - CEP 30040-020 - Belo Horizonte - MG
Reconheço por **SERIE/FIMPT a(s) TIRMA(S) de:**
(BXG33145) **MÁRCIA DE OLIVEIRA CISCOUTO** 
Belo Horizonte, 31/08/2015 11:55:48 T01 26316
Tx.Fisc:R\$1,25 Empl:R\$3,79 Rcp:R\$0,23 Total:R\$5,27
(sinal em www.censec.org.br)
Raquel Faria Lopes - Escrevente



Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito do Barreirão
Rua José Brancato, 88 - Barreirão de Minas - CEP 30040-020 - Belo Horizonte - MG
Reconheço por **AUTÊNTICA a(s) TIRMA(S) abaixo:**
(BXG33146) **JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO** 
Belo Horizonte, 31/08/2015 11:56:07 T01 1961
Tx.Fisc:R\$1,25 Empl:R\$3,79 Rcp:R\$0,23 Total:R\$5,27
(sinal em www.censec.org.br)
Raquel Faria Lopes - Escrevente



7

 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5577149 em 04/09/2015 da Empresa BARREIRÃO COUROS LTDA -ME, Nire 31203838624 e protocolo 155947648 - 02/09/2015. Autenticação: 88CD86A4F76FE1213536CF55B6383B62C97AEA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/594.764-8 e o código de segurança n7HX Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/9



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7VARCRIBSB
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (280)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, juntei o laudo de exame de corpo de delito do(a) flagranteado(a).





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL LEONÍDIO RIBEIRO

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO Nº 01003/23
(LESÕES CORPORAIS)

Ao (À) **COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP. IMATERIAL E A FRAUDES**

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de 2023, na cidade de Brasília, a fim de atender à requisição do(a) **MEMORANDO nº 20** do(a) **CORF - COORD. DE REP. A CRIMES CONTRA CONSUMIDOR, A ORD. TRIBUTÁRIA E A FRAUDES**, datado de **08/01/2023**, protocolo nº **50534/2023**, ocorrência nº **18** de **2023** da **DELEGACIA DE COMBATE AOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL**, o(a) infra-assinado(a) médico(a)-legista **FILIPE BARBOSA CAVALCANTI**, foi designado(a) pelo(a) Dra. **MARCIA CRISTINA BARROS E SILVA DOS REIS**, diretor(a) do **INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL LEONÍDIO RIBEIRO**, para proceder a exame de corpo de delito na pessoa abaixo identificada e responder aos quesitos formulados a seguir, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias o que encontrou, descobriu ou observou.

1. Identificação do(a) periciando(a)

Nome: **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**
Nacionalidade: **BRASIL**
Passaporte:
Natural de: **BICAS - MG**
Sexo: **MASCULINO**
Cor da pele: **NÃO INFORMADA**
Nascimento: **17/08/1949**
Estado Civil: **NÃO INFORMADO**
Nome do pai: **JOSE OLINTHO CISCOUTO**
Nome da mãe: **IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO**
Endereço: **RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**
Documento: **9174 - PCDF**, pertencente a: **POLICIAL CONDUTOR**
CPF: **09852832620**
CTPS:

MARCIA CRISTINA BARROS E SILVA DOS REIS
Perita Médica-Legista
Matrícula: 177725-4
Diretora do IMLLR

2. Quesitos



- 1º) Há ofensa à integridade corporal ou à saúde?
- 2º) Qual o instrumento ou meio que a produziu?
- 3º) Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo ou tortura, ou outro meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?
- 4º) Houve perigo de vida?
- 5º) Resultou em incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias?
- 6º) Resultou em debilidade permanente de membro, sentido ou função, ou aceleração de parto (resposta especificada)?
- 7º) Resultou em incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente ou aborto (resposta especificada)?

3. Histórico

Trazido ao IML para exame cautelar por detenção em dia e horário não informados. Periciando nega agressão. Periciando confirmou seu nome e o nome da mãe, não portava o documento de identificação.

4. Descrição

a)
A perícia foi realizada a portas fechadas (sala de atendimento do IML-DF), estando presentes somente o periciado, sem algemas, e o perito médico-legista.
Inicialmente, conferiu-se a identidade com dados do memorando, conforme descrito no histórico.
O periciado foi informado que o exame solicitado pela autoridade tem por objetivo documentar as alterações de sua integridade corporal, e que consiste em entrevista (ouvi-lo) e proceder ao exame físico para documentar a presença de eventuais lesões. Antes de iniciar a perícia propriamente dita, obteve-se o consentimento (oral) do periciado para sua realização e que seria necessário despir-se.

Não foram observadas alterações aparentes na esfera psíquica, mas o exame sumário e por não especialista não permite conclusões definitivas.

b)
Periciando não apontou e nem foram identificadas lesões recentes durante a perícia.

5. Discussão

6. Conclusão

Ausência de lesões recentes.

7. Respostas aos quesitos

- 1 °) NÃO
- 2 °) PREJUDICADO
- 3 °) PREJUDICADO
- 4 °) PREJUDICADO
- 5 °) PREJUDICADO
- 6 °) PREJUDICADO
- 7 °) PREJUDICADO

Brasília, 9 de janeiro de 2023 - 08:28



Assinatura válida para:

01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23

01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23

FILIPPE BARBOSA CAVALCANTI

01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23 - 01003/23

Perito(a) Médico(a)-Legista

CRM: 14329

Impresso por: 0026158

Impresso por: 00261

002270293000026158140120231022510010032317081949



Até o momento nenhuma imagem integra este laudo .Podem existir aditamentos que ainda não foram homologados.





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7VARCRIBSB
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (280)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, juntei as Folhas de Antecedentes Penais (FAP) do(a) flagranteado(a).

BRASÍLIA, DF, 15 de janeiro de 2023 10:18:15.



15/01/2023	SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES CRIMINAIS	09:43:07

SICP144	* * CONSULTA POR NOME DO INDICIADO * * (FONETICA)	NAC/BSB/DF

NOME DO INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

TIPO DE CONSULTA.: C (DIGITE 'C' NO CASO DE CONSULTA POR NOME COMPLETO)

PAI: J (PRIMEIRA LETRA DO PAI)

MAE: I (PRIMEIRA LETRA DA MAE)

DATA DE NASCIMENTO: _____ (DDMMAAAA) OU ANO DE NASCIMENTO: _____ (AAAA)

MENS ==>: NAO FOI ENCONTRADO NENHUM REGISTRO COM ESTE NOME.

MENS ==>: TECLE ENTRA PARA NOVA CONSULTA.

Date: 15/01/2023 Time: 09:43:46



CERTIDÃO DE PASSAGEM

Parte: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
CPF: 098.528.326-20
Data de Nascimento: 17/08/1949
Pai: JOSE OLINTHO CISCOUTO
Mãe: IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO

Processo: 0700623-48.2023.8.07.0001
Orgão Julgador: 7ª Vara Criminal de Brasília
Data da Distribuição: 09/01/2023
Classe Judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE
Assunto: Prisão em flagrante
Último Movimento: 14/01/2023 10:24 - Documento
Auto de Prisão em Flagrante: 5/2023
Delegacia: CORF_COORD REPR CRIM CONS TRIB
Data do Fato: 08/01/2023

Evento : Indiciamento
Data: 09/01/2023
Tipificações: CP 2848, Art. 333;

Evento Criminal: Prisão
Data: 08/01/2023
Tipo: Temporária
Motivo: Prisão em flagrante
Unidade prisional: Carceragem da Divisão de Controle e Custódia de Presos do Departamento de Polícia Especializada-DCCP

Processo: 0701096-34.2023.8.07.0001 (SEGREDO DE JUSTIÇA)
Orgão Julgador: Núcleo Permanente de Audiência de Custódia
Data da Distribuição: 11/01/2023
Classe Judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE
Assunto: Incitação ao Crime
Último Movimento: 11/01/2023 07:04 - Expedição de documento
Auto de Prisão em Flagrante: 04/2023
Delegacia: CORF_COORD REPR CRIM CONS TRIB
Data do Fato: 08/01/2023

Evento : Indiciamento
Data: 11/01/2023
Tipificações: CP 2848, Art. 359-M;



Busca por Processos de Execução Penal

BUSCA POR:
Classe Processual: 386 - Execução da Pena
Nome da Parte: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISOUTO
Nome da Mãe : IONE DE OLIVEIRA CISOUTO
Juízo: Todos
Incluir todas as varas da mesma competência
Tipo de Competência: VEP e VEPMA

0 registro(s) encontrado(s)

Processo	Partes	Distribuição	Classe Processual (Assunto Principal)	Vara
Nenhum registro encontrado				



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF

0 processo(s) localizado(s) com argumento **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**

Este serviço não dispensa o uso dos instrumentos oficiais de comunicação para produção de efeitos legais. As informações são disponibilizadas no momento e na forma em que são inseridas na base de dados pelos serventuários dos órgãos judiciários. Na consulta pelo nome das partes, pode ocorrer a existência de homônimos

Circunscrições :

Brasília/DF, 15 Jan 2023 09:46AM - Acesso via INTERNET (IP:10.119.3.10) **Nenhuma parte encontrada com argumento JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**





TJDF

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

NAC
Núcleo Permanente de Audiência de Custódia

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (280)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, procedi a juntada do link para acesso à **SALA 01** de audiência de custódia:

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19:meeting_MmJiOGE1OTUtYWEzZC00YWU3LThkZjltMWM5M2JhM2Q0MjBj@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22:%22dc420092-2247-4330-8f15-f9d13eebeda4%22,%22Oid%22:%221bc2d102-c553-4adc-b700-7c2f9b5f86a7%22%7D

OBS: Caso o link não funcione, tente clicar com o botão esquerdo do mouse no começo e arrastar até o final dele para selecioná-lo por inteiro e, após isso, copie e cole diretamente no navegador de internet de sua preferência.

OBS: Caso esteja utilizando o celular, feche o aplicativo para desvincular de qualquer outro link que tenha acessado antes e clique diretamente no link de acesso.

ORIENTAÇÕES AOS ADVOGADOS

Acesse o link disponibilizado e aguarde o contato do secretário de audiência.

As audiências iniciam A PARTIR das 9h.

Caso necessite conversar com o preso, informe ao secretário e será disponibilizado o link do parlatório A PARTIR das 8h.

A ordem das audiências é definida pelo juiz responsável pela sala em conjunto com o secretário.



BRASÍLIA, DF, 17 de janeiro de 2023 13:17:43.





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

NAC
Núcleo Permanente de Audiência de Custódia

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (280)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

TERMO DE AUDIÊNCIA

Em 17 de janeiro de 2023, na sala de audiências do Núcleo de Audiências de Custódia - NAC, presentes o MM Juiz de Direito, **Dr. ROMULO BATISTA TELES**, o Promotor de Justiça, **Dr. JULLYER GADIOLI MILANEZ**, e o Advogado constituído, **Dr. JEAN CLEBER GARCIA FARIA, OAB/DF 31.570**, foi aberta a audiência de custódia, relativa ao auto de prisão em flagrante lavrado em desfavor de **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, nascido em 17/08/1949, filho de Jose Olintho Ciscouto e Ione de Oliveira Ciscouto**, preso pela prática, em tese, do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) Art. 333 *caput* do CPB, referente ao Inquérito Policial nº 5/2023-CORF, Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF e processo nº 0700623-48.2023.8.07.0001, da **7ª Vara Criminal de Brasília**.

Nos termos da Decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, no Inquérito 4.879 – Distrito Federal, houve delegação parcial de competência para a realização das audiências de custódia dos presos em razão da decisão proferida nos referidos autos de inquérito, em 08/01/2023, aos Juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tão somente no que diz respeito à regularidade formal do ato de prisão e perguntas legais e normativas, ficando reservado ao Supremo Tribunal Federal a apreciação de quaisquer pedidos das partes, inclusive no que diz respeito ao previsto no art. 310, I, II e III, do Código de Processo Penal.

Antes de ser realizada a audiência, foi facultada à autuada uma conversa reservada com a sua Defesa Técnica.

Abertos os trabalhos, as algemas foram retiradas.

Após serem feitos os esclarecimentos às partes quanto à finalidade da audiência, a apresentada confirmou a sua qualificação constata do APF, inclusive endereço, e informou os seguintes telefones: (31) 3384-2483 e (31) 98427-7283.

Após assegurado o direito ao silêncio, foi perguntado à apresentada a respeito das circunstâncias da prisão, relatou ter sofrido violência policial, pois, no local em que se encontrava na polícia civil, recebeu alguns chutes na perna enquanto estava sentado de agentes de polícia. Também afirmou que não sabe dizer quem foi o agente e irá procurar outras pessoas que estão detidas para saber se podem testemunhar a respeito das



agressões sofridas.

Ao final, o Ministério Público assim se manifestou: “O autuado foi preso em flagrante pelo crime previsto no art. 333, Código Penal. O procedimento se encontra regular. Dessa forma, merece ser homologado.

A materialidade e autoria delitiva estão comprovadas pela ocorrência policial e depoimento dos policiais que presenciaram o fato criminoso.

Nos termos do art. 202, CPP, toda pessoa pode figurar como testemunha, inclusive policiais, os quais, na qualidade de servidores públicos, gozam de presunção de legitimidade e veracidade em seus atos e palavras.

O preceito secundário da infração penal admite prisão preventiva, conforme art. 313, I CPP.

A prisão é necessária para assegurar à ordem pública, face a reiteração delitiva e a gravidade concreta dos fatos, uma vez que o autuado praticou novo crime durante os procedimentos policiais de crime anterior.

Ademais, a prisão é imprescindível para assegurar a instrução criminal e aplicação da lei penal, haja vista que, mesmo preso, o acusado tentou corromper servidores públicos com o fito de não se submeter os rigores da lei penal.

Destarte, se sequer a prisão foi capaz de conter o acusado, outras medidas cautelares seriam ineficazes.

Ante o exposto, o MPDFT requer a prisão preventiva, com fundamento no art. 311, 312 e 313, todos do Código de Processo Penal.”

Em seguida, a Defesa pugnou: “Em relação aos fatos articulados, verifica-se que a despeito da tipificação atribuída, verifica-se não haver conexão com os atos que ensejaram sua prisão no dia 08/01/2023, entendendo a defesa ser competente para tanto a Justiça Comum. Superada a arguição de competência, verifica-se que não estão presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva. isso em sentido contrário do defendido pelo douto Promotor de Justiça. Assim a defesa pugna pela concessão de liberdade provisória, mediante imposição de medidas cautelares diversas, aquelas descritas no Art. 319 do CPP. Sem prejuízo verifica-se ilegal a prisão em razão da não apresentação o acusado no prazo legal, qual seja, 24 horas após sua prisão. Assim se manifesta a Defesa.”

Em obediência à Decisão outrora mencionada e proferida no Inquérito 4.879, encaminhem-se a ata e a mídia audiovisual da audiência ao Supremo Tribunal Federal para a apreciação dos pedidos formulados. Ficam intimados os presentes, inclusive a autuada e seu defensor.

Proceda à Secretaria as anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Brasília – DF.

Assinado e datado digitalmente.





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

NAC
Núcleo de Audiência de Custódia

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001
Classe judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (280)
AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, juntei a gravação da audiência de custódia do autuado realizada por meio de videoconferência.



Tipo de documento: Gravação de audiência
Descrição do documento: SALA 1 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA-JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
Id: 146943841
Data da assinatura: 17/01/2023

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.

Motivo: O formato do arquivo é incompatível com PDF. Formato do arquivo: video/mp4





Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MM. Juiz,

O MPDFT realizou audiência de custódia e se manifestou nos autos, conforme consta ata e gravação.

Brasília, 17 de janeiro de 2023.

JULLYER GADIOLI MILANEZ
PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

PETIÇÃO
Nº 206/2023

Ref.: Processo nº 07006234820238070001

Encaminho os autos com relatório final.

BRASÍLIA, 18 de janeiro de 2023

DANIEL SALES NOGUEIRA SILVA
Mat. 2359944

PCDF - Assinado Digitalmente por DANIEL SALES NOGUEIRA SILVA, CPF: 010.939.841-63



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSNS-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

CERTIDÃO

Nº 26/2023

CERTIFICO que os autos foram distribuídos sob o número de processo 0700623-48.22023.8.07.0001, porém por inconsistência no sistema não foi gerado o recibo de entrega de manifestação processual.

Dou fé.

BRASÍLIA, 9 de Janeiro de 2023

DOUGLAS DA SILVA CURINGA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA
Mat. 227.827-8

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSC-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

CERTIDÃO/CONCLUSÃO

Nº 24/2023

CERTIFICO que foi dado cumprimento ao Despacho da Autoridade Policial restando juntar o BIC e o Laudo ECD do conduzido.
Dou fé.

Neste ato, faço os presentes autos conclusos à Autoridade Policial, do que, para constar, lavro este termo.

BRASÍLIA, 9 de Janeiro de 2023

DOUGLAS DA SILVA CURINGA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA
Mat. 227.827-8

PCDF - Assinado Digitalmente por DOUGLAS DA SILVA CURINGA, CPF: 009.924.161-75



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:DSC-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

DESPACHO
Nº 143/2023

Encaminhem-se os autos ao Judiciário com Relatório Final.

Brasília-DF, 11 de Janeiro de 2023

FABIANO GOMES DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLÍCIA
Mat. 240.534-2

PCDF - Assinado Digitalmente por FABIANO GOMES DE OLIVEIRA, CPF: 005.699.236-03



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:FGO-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



RELATÓRIO FINAL

Inquérito policial nº 05/2023 - CORF
Protocolo nº 50534/2023 - CORF

Meritíssimo Juiz,

Trata-se de inquérito policial instaurado a partir da prisão em flagrante de JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, no dia 08/01/2023, em decorrência de prática delitiva de corrupção ativa, tipo descrito no art. 333 do Código Penal.

Na data do flagrante, o flagrantado estava sendo autuado no âmbito dos eventos ocorridos na Praça dos Três Poderes, especialmente pela prática de crime contra a democracia.

Em determinado momento, após ter prestado seu depoimento, quando o Escrivão de Polícia colhia a sua assinatura no termo, bem como lavrava o auto de apreensão de seu aparelho celular, o flagrantado ofereceu ao policial a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que não apreendesse o seu telefone.

Imediatamente, o policial civil destinatário da oferta, deu voz de prisão ao flagrantado. Transcreve-se:

"Informa que estava participando da operação policial relacionada aos fatos ocorridos em 08/01/2023 na esplanada dos ministérios em Brasília/DF. QUE estava nas dependências da CORF/PCDF realizando procedimentos do APF nº 4/2023-CORF/PCDF, quando no momento em que estava realizando a formalização dos documentos relacionados à JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO e foi pegar o aparelho celular dele para ser



apreendido, JULIO CESAR lhe ofereceu a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que pudesse deixar de agir, liberando assim seu aparelho celular da apreensão. QUE a quantia, segundo JULIO CESAR, seria paga por sua filha, a qual mora em Belo Horizonte/MG e que ele faria contato com ela para o pagamento. (...)”

A situação foi testemunhada por outro policial que estava presente na mesma sala onde o procedimento era lavrado. Transcreve-se:

“(...) que, no dia de hoje, 08/01/2023, estava atuando na operação policial referente aos atos ocorridos na Esplanada do Ministério; que, nessa condição, estava em apoio a outros policiais, em uma sala, na formalização das prisões; que, durante a formalização da prisão de JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, este ofereceu ao Escrivão de Polícia, Douglas da Silva Curinga, quantia em dinheiro para que não formalizasse a apreensão de seu aparelho celular, no importe de R\$ 5.000,00; (...)”

O flagranteado permaneceu calado.

Pelos elementos de informação colhidos, não restam dúvidas que JULIO CESAR agiu, livre e conscientemente, para a prática do delito consubstanciado na oferta de vantagem para que o servidor público deixasse de praticar o ato de ofício que lhe cabia.

Tratando-se de crime formal, desnecessária a aceitação da vantagem pelo servidor para a sua consumação.

Por todo o exposto, tendo em vista estarem presentes a autoria e materialidade do ilícito penal flagranteado, considero exauridas as providências afetas à Polícia Civil do Distrito Federal.

Desse modo, remeto os presentes autos ao

conhecimento de V. Excelência e do representante do Ministério Público, colocando esta Especializada a disposição para o cumprimento de eventuais requisições.

Brasília/DF, 11 de janeiro de 2023.

Fabiano Gomes de Oliveira
Delegado de Polícia Civil
Divisão de Falsificação e Defraudação
DIFRAUDES/CORF

PCDF - Assinado Digitalmente por FABIANO GOMES DE OLIVEIRA, CPF: 005.699.236-03





TJDFT

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (280)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO - JUNTADA

CERTIFICO e dou fé que, JUNTEI aos presentes autos Ofício Nº 35/2023 - SEAPE comunicando o recebimento do alvará de soltura em favor do flagranteado concedido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Entretanto, o mesmo não foi liberado em razão de estar preso em flagrante por este processo.

18/01/2023 17:25

CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES
7ª Vara Criminal de Brasília / Direção / Diretor de Secretaria





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DO DISTRITO FEDERAL

Gerência de Análise Jurídica do Centro de Detenção Provisória
II

Núcleo de Arquivos e Prontuários do Centro de Detenção
Provisória II

Ofício Nº 35/2023 - SEAPE/CDPII/GAJ/NUARQ

Brasília-DF, 18 de janeiro de 2023.

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a),

MM. Juíz de Direito da Sétima Vara Criminal de Brasília

Assunto: Réu Preso

Senhor(a) Juiz(a),

De ordem do Senhor Diretor do Centro de Detenção Provisória II, MARCELO DE SIQUEIRA PRAXEDES, comunicamos a Vossa Excelência que, em 18/01/2023, recebemos o alvará de soltura em favor do interno **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**, filho de Jose Olintho Ciscouto e Ione de Oliveira Ciscouto, em razão da decisão do Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, que concedeu Liberdade Provisória, petição 10820/DF.

Entretanto, o referido interno não foi liberado em razão de estar preso em flagrante no inquérito 5/2023 - CORF, distribuído para este r. juízo autos nº 0700623-48.2023.8.07.0001.

Respeitosamente,

Kenya Alves Francelino

Policial Penal/DF



Documento assinado eletronicamente por **KENYA ALVES FRANCELINO - Matr.0176382-2, Polícia Penal**, em 18/01/2023, às 17:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=104077594 código CRC= **14D8BFEB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Rodovia DF-465, KM 04, Centro de Detenção Provisória II - Bairro Fazenda Papuda - CEP 71698-903 - DF

Sítio: - www.seape.df.gov.br





1. O custodiado está sendo patrocinado por advogado particular.
2. Requer-se a desconstituição da DPDF.

ADAUNIR BATISTA DE AMORIM FIEL
Defensor Público do DF
*assinado e datado digitalmente





JEAN CLEBER GARCIA & ADVOGADOS

Ao Juízo da 7ª Vara Criminal de Brasília - DF

Ref: Proc. nº 0700623-48.2023.8.07.0001

JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, já devidamente individualizado no corpo do auto de prisão em flagrante em comento, vem por seu advogado, expor e ao final requerer.

No dia 08/01/2023, o ora requerente foi preso por infração ao Art. 359-M do CP por ter em tese, participado dos atos ocorridos naquele dia, em que manifestantes adentraram nas dependências dos poderes da União provocando os danos largamente noticiados, tendo sido lavrado o APF nº 04/2023-CORF/PCDF.

No mesmo dia, o ora requerente foi preso e autuado - APF nº 05/2023-CORF/PCDF - em flagrante, conforme consta do bojo processual por ter em tese praticado o crime de corrupção ativa.

A Autoridade Policial entendeu por bem, naquela oportunidade, abrir novo procedimento que restou distribuído a este juízo,

SIG QD 01 LOTE 385 – SALA 243 – ED. PLATINUM – BRASÍLIA – DF – CEP 70610-410
WWW.JCGADVOGADOS.ADV.BR – E-MAIL: JCG@JCGADVOGADOS.ADV.BR
(61) 3877 3628 (61) 99995 3618



JEAN CLEBER GARCIA & ADVOGADOS

entendendo, naquele momento, pela independência da conduta, não vislumbrando conexão entre os crimes.

Foi realizada audiência de custódia referente ao crime que está sob a competência do Supremo Tribunal Federal, relatoria do Eminentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, que após análise do APF 04/2023-CORF/PCDF, entendeu por conceder a liberdade mediante termos contidos na decisão que segue anexada.

No presente caso, incorreu a Secretaria do NAC, em decorrência da atipicidade do momento, em equívoco ao enviar o ora requerente a nova audiência que foi presidida por Juiz delegado para atuar exclusivamente nos crimes abarcados pelo APF nº 04/2023-CORF/PCDF, de competência do Colendo STF.

Assim, somente no dia 17/01/2023, o ora requerente foi submetido, equivocadamente a nova audiência de custódia, presidida por juiz incompetente para o ato, uma vez que os juízes convocados pelo STF, somente poderiam atuar nos autos referentes aos flagrantes decorrentes dos atos praticados na praça dos Três Poderes.

Conforme dicção contida no art. 310 do CPP, o custodiado deve ser apresentado em até 24 horas ao juízo do NAC, o que não ocorreu no caso em estudo. Assim, reveste-se hoje a prisão, de flagrante ilegalidade a ser imediatamente relaxada por este Juízo.

No mesmo norte, não é o caso de decreto prisional preventivo, pois ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, aqueles descritos no art. 312 do CPP.

Em sede de audiência de Custódia a defesa diversamente do pretendido pelo representante do Parquet, pugnou pela afirmação da

SIG QD 01 LOTE 385 – SALA 243 – ED. PLATINUM – BRASÍLIA – DF – CEP 70610-410
WWW.JCGADVOGADOS.ADV.BR – E-MAIL: JCG@JCGADVOGADOS.ADV.BR
(61) 3877 3628 (61) 99995 3618





JEAN CLEBER GARCIA & ADVOGADOS

competência a autoridade judiciária do Distrito Federal, por entender não existir conexão entre o fato ora apurado e o que ensejou o auto de prisão em flagrante anterior, quando o ora requerente teria sido preso nas dependências no Palácio da Alvorada.

Nos autos da Petição 10820/DF, que tramita perante o colendo Supremo Tribunal Federal, por decisão da lavra do Eminentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, foi concedida Liberdade provisória cláusulada, conforme consta do documento ora anexado.

Assim, entende a defesa técnica, ser passivo de apreciação os pedidos apresentados em sede de audiência de Custódia, ID 146943829 e ata ID 146923834.

A guisa de informação, o ora requerente comprovou residência certa e ocupação lícita. No oportuno, faço consignar que o custodiado é portador de sífilis necessitando dar continuidade em seu tratamento, em especial por ser idoso, contando hoje com 73 anos de idade, bem como ter outras comorbidades que foram consideradas por ocasião da análise realizada pelo Ministro Relator para conceder a Liberdade naqueles autos.

Não desconhece a defesa que primariedade, bons antecedentes, residência e ocupação ilícita não sejam garantidores da Liberdade Provisória, entretanto, servem como norte para consubstanciar eventual decisão concessiva de Liberdade.

Assim, devidamente esclarecido o equívoco na tramitação processual, ainda que decorrente de momento atípico, não pode ser o jurisdicionado prejudicado em sua liberdade, máxime quando a atual prisão reveste-se de flagrante ilegalidade.

SIG QD 01 LOTE 385 – SALA 243 – ED. PLATINUM – BRASÍLIA – DF – CEP 70610-410
WWW.JCGADVOGADOS.ADV.BR – E-MAIL: JCG@JCGADVOGADOS.ADV.BR
(61) 3877 3628 (61) 99995 3618





JEAN CLEBER GARCIA & ADVOGADOS

Ante ao exposto, requer seja RELAXADA a prisão do ora requerente, nos termos do artigo, 5º, LXV da CF/88 e art. 310, I do CPP.

Não sendo o caso da incidência do inciso II do mesmo diploma processual, requer seja concedida LIBERDADE PROVISÓRIA - LXVI e art. 310, III, CPP – e com base no art. 282 do CPP - aplicar, se entender necessário, medidas cautelares diversas da prisão – Art. 319 do CPP.



Jean Cleber Garcia

OAB/DF 31.570



JEAN CLEBER GARCIA & ADVOGADOS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 401202311117239

Nome original: Ata JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO CPF 098.528.326-20.pdf

Data: 15/01/2023 20:15:14

Remetente:

Monica de Jesus Costa

SJDF - 13ª VARA

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para anexar ao Processo INQUERITO Nº 4.879/DF.

Assunto: ATAS - AUDIÊNCIAS DE CUSTODIAS



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***-49 em 19/06/2023 15:45:27

Número do documento: 23011915110360600000135678105

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011915110360600000135678105>

Assinado eletronicamente por: JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - 19/01/2023 15:11:03

Num. 147101864 - Pág. 1



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ATA

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA (JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO)

Em 11 de janeiro de 2023, na sala de audiências virtuais do Núcleo de Audiências de Custódia – NAC (sala 13), presentes o MM. Juiz Federal Substituto, **Dr. RICARDO AUGUSTO SOARES LEITE**, Procuradora da República **Dra. ANNA CAROLINA RESENDE** e advogado, **Dr. JEAN CLEBER GARCIA, OAB/DF 31570**, foi aberta a audiência de custódia, relativa ao auto de prisão em flagrante lavrado em desfavor de **JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**, filho de Yone de Oliveira S. Ciscouto e José Olindo Ciscouto, inscrito no CPF sob o nº 098.528.326-20, nascido em 17.8.1949, telefone celular (31) 98427.7283, preso pela prática, em tese, dos delitos descritos no Auto de Prisão.

Nos termos da Decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, no Inquérito 4.879 – Distrito Federal, houve delegação parcial de competência para a realização das audiências de custódia dos presos em razão da decisão proferida nos referidos autos de inquérito, em 08/01/2023, aos Juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tão somente no que diz respeito à regularidade formal do ato de prisão e perguntas legais e normativas, ficando reservado ao Supremo Tribunal Federal a apreciação de quaisquer pedidos das partes, inclusive no que diz respeito ao previsto no art. 310, I, II e III, do Código de Processo Penal.

Antes de ser realizada a audiência, foi facultado ao autuado uma conversa reservada com a sua Defesa Técnica.

Após serem feitos os esclarecimentos às partes quanto à finalidade da audiência, o apresentado confirmou a sua qualificação. Após o direito ao silêncio e perguntada ao apresentado a respeito das circunstâncias da prisão, respondeu que “entrou no prédio do STF para se proteger de bombas que eram lançadas e, com isso, acabou sendo preso pela Polícia Militar por volta de 16h do dia 8.1.2023; que foi submetido à exame de Corpo de Delito; que não sofreu violência no ato da prisão; que faz uso de medicamento para colesterol, vista e depressão, além de ter problema de hemorroida”. Ao final, **o Ministério Público requereu** a aplicação das medidas cautelares em substituição à prisão, em decorrência da idade do custodiado. Em seguida, **a Defesa** se manifestou no mesmo sentido do MPF.

Em obediência à Decisão outrora mencionada e proferida no Inquérito 4.879, encaminhem-se a ata e a mídia audiovisual da audiência (gravada através da plataforma MS TEAMS) ao Supremo Tribunal Federal, pelo sistema de malote digital, para a apreciação dos pedidos formulados. Ficam intimados os presentes, inclusive o autuado e seu defensor.

Nada mais havendo, foi determinado o encerramento da audiência do que, para constar, lavrou-se o presente termo que vai assinado somente pelo magistrado. Eu, Alessandra Moraes de Souza, matrícula 13.355/03, o digitei.

Proceda à Secretaria as anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

RICARDO AUGUSTO SOARES LEITE
Juiz Federal Substituto da 10ª Vara/SJDF



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Augusto Soares Leite, Juiz Federal Substituto**, em 15/01/2023, às 17:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **17292804** e o código CRC **9D77C192**.

SAU/SUL - Quadra 2, Bloco G, Lote 8 - CEP 70070-933 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br/sjdf/

0001014-07.2023.4.01.8000

17292804v2

Impresso por: 344.174.941-34 - JEAN CLEBER GARCIA FARIAS
Em: 19/01/2023 - 14:01:10



PETIÇÃO 10.820 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S)	: D.O.
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: M.B.L.
ADV.(A/S)	: ELIO FERNANDO ATENCIA VEIGA
ADV.(A/S)	: FRANKLIN RIBEIRO
REQDO.(A/S)	: C.B.S.
REQDO.(A/S)	: O.F.B.M.
REQDO.(A/S)	: J.M.R.
ADV.(A/S)	: RAMON FLORENCO MAIA
REQDO.(A/S)	: M.T.B.
ADV.(A/S)	: FERNANDO ROITMAN AGUIAR DA SILVA
REQDO.(A/S)	: V.F.S.O.
INTDO.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
INTDO.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA

Trata-se de pedido de concessão de liberdade provisória, formulado pela Defesa de JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, CPF Nº 098.528.326-20, sob o argumento de que estariam ausentes os requisitos necessários à manutenção da decretação da custódia cautelar, com base no art. 312 do CPP.

É o breve relatório.

Decido.

Esta PET foi instaurada por decisão proferida nos autos do Inq. 4.879/DF, em razão da escalada violenta dos atos criminosos que resultou na invasão dos prédios do PALÁCIO DO PLANALTO, do CONGRESSO NACIONAL e do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com depredação do



patrimônio público, conforme amplamente noticiado pela imprensa nacional.

Em decisão de 8/1/2023, entre outras medidas, foi determinada a desocupação e dissolução total, em 24 (vinte e quatro) horas, dos acampamentos realizados nas imediações dos Quartéis Gerais e outras unidades militares para a prática de atos antidemocráticos e prisão em flagrante de seus participantes pela prática dos crimes previstos nos artigos 2ª, 3º, 5º e 6º (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 e nos artigos 288 (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito) e 359-M (golpe de Estado), 147 (ameaça), 147-A, § 1º, III (perseguição), 286 (incitação ao crime), todos do Código Penal.

Diante da realização de mais de 1.000 (mil) prisões em flagrante, foi delegada parcialmente a competência para a realização das audiências de custódia dos presos aos Juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tão somente no que diz respeito à regularidade formal do ato de prisão e perguntas legais e normativas, FICANDO RESERVADA A ESTA SUPREMA CORTE a apreciação de quaisquer pedidos das partes, inclusive no que diz respeito ao previsto no art. 310, I, II e III, do Código de Processo Penal.

No caso específico, em que pese estarem comprovamos fortes indícios de autoria e materialidade na participação dos delitos imputados - em especial no art. 359 M do Código Penal - até o presente momento não foram juntadas provas da prática de violência, invasão à Praça dos 3 Poderes e depredação ao patrimônio público.

Dessa maneira e considerando-se a situação do investigado (edoc. 1.555), é possível a substituição da prisão em flagrante delito por medidas cautelares previstas no art. 319, pois observados os critérios constantes do art. 282, ambos do Código de Processo Penal, frente a "necessidade da medida" (necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais) e sua "adequação" (adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do



indiciado ou do acusado), tal como já ocorreu em situações assemelhadas nos inquéritos 4879, 4828 e PETs deles derivadas, todos de minha relatoria.

Por todo o exposto, **concedo a liberdade provisória a JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, CPF Nº 098.528.326-20, mediante a imposição cumulativa das seguintes medidas cautelares:**

(i) Proibição de ausentar-se da Comarca e recolhimento domiciliar no período noturno e nos finais de semana mediante USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA, a ser instalada pela Polícia Federal em Brasília/DF, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, com zona de inclusão restrita ao endereço fixo declinado na audiência de custódia;

(ii) Obrigação de apresentar-se perante ao Juízo da Execução da Comarca de origem, no prazo de 24 horas e comparecimento semanal, todas as segundas-feiras;

(iii) Proibição de ausentar-se do país, com obrigação de realizar a entrega de seus passaportes no Juízo da Execução da Comarca de origem, no prazo de 05 dias;

(iv) CANCELAMENTO de todos os passaportes emitidos pela República Federativa do Brasil em nome do investigado, tornando-os sem efeito;

(v) SUSPENSÃO IMEDIATA de quaisquer documentos de porte de arma de fogo em nome do investigado, bem como de **quaisquer Certificados de Registro para realizar atividades de colecionamento de armas de fogo, tiro desportivo e caça;**

(vi) Proibição de utilização de redes sociais;

(vii) Proibição de comunicar-se com os demais envolvidos, por qualquer meio.

O descumprimento de qualquer uma das medidas alternativas implicará na **revogação e decretação da prisão**, nos termos do art. 312, § 1º, do CPP.



A presente decisão servirá de alvará de soltura clausulado em favor de JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, CPF Nº 098.528.326-20. Servirá também de ofício de apresentação ao Juízo da Execução da Comarca de origem do custodiado no prazo de 24 horas.

Encaminhem-se cópia dessa decisão: a) ao Diretor-Geral da Polícia Federal e ao Ministério das Relações Exteriores para cumprimento dos itens (iv) e (v), **INCLUSIVE PARA ADOÇÃO DE TODAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA OBSTAR A EMISSÃO DE QUAISQUER OUTROS PASSAPORTES EM NOME DO INVESTIGADO;** b) ao **GENERAL COMANDANTE DO EXÉRCITO para cumprimento do item (v) referente ao certificado de registro para atividades de colecionamento de armas de fogo, tiro desportivo e caça.**

O não comparecimento semanal determinado no item (ii) desta decisão deverá ser imediatamente informado pelo Juízo da Execução da Comarca de Origem, via malote digital, nos autos desta PET 10820.

Ciência à Procuradoria-Geral da República, à Defensoria Geral da União e à Ordem dos Advogados do Brasil, pelos meios eletrônicos.

Intime-se.

Brasília, 17 de janeiro de 2023

Ministro Alexandre de Moraes

Relator

documento assinado digitalmente



Cliente: **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**

CPF: **098.528.326-20**

Doc. Ident.: **714409**
CARVALHAIS

Data Nasc.: **17/08/49**

Sexo: **Masculino**

Atendimento: **121.754625**

Data Atendimento: **21/09/2021**

Médico Solicitante: **LUCINEIA MARIA DE QUEIROZ**

Local Coleta: **BARREIRO 2**

Convênio: **UNIMED BH**

Obs.: Esse documento foi impresso pela internet. O original encontra-se disponível em qualquer unidade do Laboratório São Marcos.

TREPONEMA PALLIDUM, PESQUISA DE ANTICORPOS IgG

Método: Quimioluminescência e Imunofluorescência Indireta

Material: Sangue

Resultado: Reagente

Valores de referência: Não reagente

Observação:

- Confirmação de resultados Reagentes, conforme portaria 2012 de 19/10/16 do Ministério da Saúde"

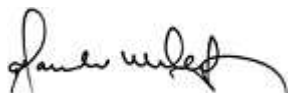
Observação:

Exame repetido por teste não Treponêmico conforme portaria 3.242 do Ministério da Saúde.

Metodologia: VDRL

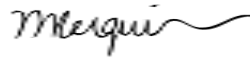
Resultado: Reagente Até 1/2

Data da Coleta: 21/09/2021 | Data Liberação: 22/09/2021 | Liberado por: Márcio Nunes da Silva - CRMMG 27117



Dr. CLAUDIO CERQUEIRA
CRMMG: 6888

Belo Horizonte, 22/09/2021



Dra. MARIANA CERQUEIRA
CRMMG: 43318

Responsável técnico:
Márcio Nunes da Silva
CRM: 27117

CNES - 3138968

Comentário do Patologista: exames complementares estão sujeitos à ocorrência de resultados falso-positivos, falsos negativos e variações biológicas, devendo ser analisados em conjunto com dados clínicos, pelo seu médico.



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***.***-49 em 19/06/2023 15:45:27

Número do documento: 23011915110409200000135678103

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011915110409200000135678103>

Assinado eletronicamente por: JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - 19/01/2023 15:11:04

Cliente: **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO**

CPF: **098.528.326-20**

Doc. Ident.: **714409**

Data Nasc.: **17/08/49**

Sexo: **Masculino**

Atendimento: **121.409970**

Data Atendimento: **19/05/2021**

Médico Solicitante: **Dr. Jose Goncalves de Araujo Junior**

Local Coleta: **BARREIRO 2**

Convênio: **UNIMED BH**

Obs.: Esse documento foi impresso pela internet. O original encontra-se disponível em qualquer unidade do Laboratório São Marcos.

REAÇÃO DO VDRL

Método: Floculação

Amostra: Sangue

Resultado: Reagente Até 1/1

Valor de referência: Não Reagente

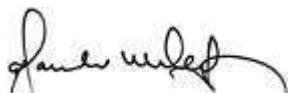
Observação:

Exame repetido por teste Treponêmico conforme portaria 3.242 do Ministério da

Saúde.Metodologia: Quimioluminescência

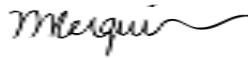
Resultado: Reagente

Data da Coleta: 19/05/2021 10:29 | Data Liberação: 20/05/2021 | Liberado por: Márcio Nunes da Silva - CRMMG 27117



Dr. CLAUDIO CERQUEIRA
CRMMG: 6888

Belo Horizonte, 14/01/2023



Dra. MARIANA CERQUEIRA
CRMMG: 43318

Responsável técnico:
Márcio Nunes da Silva
CRM: 27117

CNES - 3138968

Comentário do Patologista: exames complementares estão sujeitos à ocorrência de resultados falso-positivos, falsos negativos e variações biológicas, devendo ser analisados em conjunto com dados clínicos, pelo seu médico.



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***.***-49 em 19/06/2023 15:45:28

Número do documento: 23011915110432900000135678104

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011915110432900000135678104>

Assinado eletronicamente por: JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - 19/01/2023 15:11:04



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7VARCRIBSB

7ª Vara Criminal de Brasília

Número do Processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe Judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO
FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DECISÃO

Vistos, etc.

Cuida-se de Auto de Prisão em Flagrante 05/2023 - CORF, por crime de corrupção ativa (art. 333 do CP), em tese, praticado por JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO.

Foi realizada audiência de custódia, quando determinado que os autos fossem encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (ID [146923834](#)).

Observa-se, claramente, a conexão entre os fatos objeto do presente APF e aqueles que levaram o autuado à prisão em 08 de janeiro de 2023, pois, pretendia, em tese, com a infração (corrupção ativa) obter vantagem ou impunidade em relação à infração penal anterior (crimes contra o Estado Democrático de Direito, dano ao patrimônio público etc). Assim, aplica-se a regra de competência disciplinada no art. 76, II, do Código de Processo Penal.



Destarte a competência para analisar o pedido de ID [147101861](#) é do Min. Alexandre de Moraes, relator do Inquérito 4.879/STF.

Nesses termos, determino o IMEDIATO encaminhamento dos autos e do arquivo audiovisual ao Supremo Tribunal Federal, devendo ser vinculado à PET 10.820/DF.

Registre-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 19 de janeiro de 2023.

FERNANDO BRANDINI BARBAGALO

Juiz de Direito





TJDFT

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

FLAGRANTEADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO - JUNTADA

CERTIFICO e dou fé que, em atendimento à ordem sob **ID nº 147110116**, JUNTEI aos presentes autos **comprovante de envio** dos autos ao **STF** via malote digital sob o código de rastreabilidade nº **80720231502553**.

19/01/2023 19:10

DANIEL GOMES PINHEIRO

7ª Vara Criminal de Brasília / Cartório / Servidor Geral





Poder Judiciário

Malote Digital

Impresso em: 19/01/2023 às 19:06

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO
<p>Código de rastreabilidade: 80720231502553</p> <p>Documento: Ata - 09852832620 - JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO.pdf</p> <p>Remetente: Gabinete da Corregedoria - GC (Weberson Gabriel)</p> <p>Destinatário: Protocolo Judicial (STF)</p> <p>Data de Envio: 19/01/2023 19:05:04</p> <p>Assunto: Encaminhamento de ata de audiência de custódia - INQ4879/DF</p>



Imprimir





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORD. REP. AOS CRIMES CONTRA O CONS., À PROP.
IMATERIAL E A FRAUDES



Prot.50534/2023

Flagrante nº 5/2023-CORF
Ocorrência Policial nº 18/2023-CORF

PETIÇÃO
Nº 259/2023

Ref.: Processo nº 07006234820238070001

MM. Juiz,

Ciente da decisão.

BRASÍLIA, 23 de janeiro de 2023

WISLLEI GUSTAVO MENDES SALOMÃO
Mat. 0572977

PCDF - Assinado Digitalmente por WISLLEI GUSTAVO MENDES SALOMAO, CPF: 887.447.526-87



SPO, LOTE 23, BLOCO D, DEPARTAMENTO POLÍCIA ESPECIALIZADA, COMPLEXO DA PCDF - BRASÍLIA-DF 3207.4551 (FAX), 4542, 4552, 4549 (BALCÃO) CORF-SAA@PCDF.DF.GOV.BR. Impresso por:WGMS-CORF

Brasília - Patrimônio cultural da Humanidade.

Página: 1



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14a. P.J. Criminal de Brasília

MM. Juiz,

Ciente da r. decisão declinatória.

Brasília, 23 de janeiro de 2023.

ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
PROMOTOR DE JUSTIÇA





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

CERTIDÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DJE

O ato Judicial **Decisão** ID [147110116](#) foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em **23/01/2023**, e será publicado no primeiro dia útil subsequente.

24 de janeiro de 2023





TJDFT

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO - JUNTADA

CERTIFICO e dou fé que, JUNTEI aos presentes autos Ofício eletrônico nº 1882/2023 - STF.

Torno os autos conclusos.

23/02/2023 17:33

CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES
7ª Vara Criminal de Brasília / Direção / Diretor de Secretaria





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7ª Vara Criminal de Brasília
Praça Municipal Lote 1 Bloco B, -, BLOCO B, 5º ANDAR, ALA
C, SALA 524, Zona Cívico-Administrativa, BRASÍLIA - DF -
CEP: 70094-900
Telefone: 61.3103.7366 / 3103.7532, FAX 61.3103.0356
Email: 07vcriminal@tjdft.jus.br
Atendimento: segunda a sexta-feira das 12:00 às 19:00 horas

Processo nº 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe: INQUÉRITO POLICIAL (279)

Autor: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Réu(s): INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DESPACHO

Vistos, etc.

Ante a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal em ID 150317523, intime-se o Ministério Público.

Certifique-se, a Secretária, sobre eventual prisão do custodiado/investigado.

Intimem-se.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2023.

Fernando Brandini Barbagalo





Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

<div>CERTIDÃO</div> <div>CERTIFICO que, nesta data, constatei, pela consulta ao SIAPEN-DF, conforme tela que ora se junta, que o réu não se encontra recolhido ao sistema prisional do Distrito Federal.</div>

23/02/2023 18:36

FLAVIO BASTOS DO NASCIMENTO
7ª Vara Criminal de Brasília / Direção / Diretor de Secretaria





PRONTUÁRIO DETALHADO

Nome: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

Prontuário: 170452 Vulgo:

Outros nomes: NÃO INFORMADO

Mãe: IONE DE OLIVEIRA CISCOUTO

Pai: JOSE OLINTHO CISCOUTO

Data de nascimento: 17/08/1949 Religião: CATÓLICA

Nacionalidade: BRASILEIRA

ENDEREÇO: RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE, MG NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO BICAS

Regime Atual: PROVISÓRIO

Benefício: NENHUM/SEM BENEFICIOS

Status: Ativo

Unidade penal: CIME - CENTRO INTEGRADO DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA Cella: OUTRAS VARAS

Vulgo: Grau de periculosidade: NÃO INFORMADO

Data entrada: 13/02/2023 Condenação: 0a 0m 0d

Naturalidade: BICAS

ALTURA: NÃO INFORMADO - PESO: NÃO INFORMADO - CUTIS: BRANCA - OLHOS: NÃO INFORMADO - CABELOS: NÃO INFORMADO

Estado Civil: CASADO(A) - SEXO: M - ESCOLARIDADE: ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

SINAIS PARTICULARES: NÃO INFORMADO

Histórico: NÃO INFORMADO



Nº do processo: NÃO INFORMADO Situação Jurídica: ALVARÁ
Situação da condenação: NÃO INFORMADO
Delegacia: null Nº do inquérito: 5/2023 - CORF Data do inquérito: 08/01/2023
Motivo da prisão: PRISÃO EM FLAGRANTE Data do processo: NÃO INFORMADO
Dispositivo legal: null
Total da pena: Ano(s) Mês(es) Dias Data da prisão: 08/01/2023 Data da soltura: 13/02/2023

Nº do processo: PET 10820/DF Situação Jurídica: MONITORAÇÃO ELETRÔNICA
Situação da condenação: NÃO INFORMADO
Delegacia: null Nº do inquérito: 4/2023 - CORF Data do inquérito: 08/01/2023
Motivo da prisão: PRISÃO EM FLAGRANTE Data do processo: NÃO INFORMADO
Dispositivo legal: null
Total da pena: Ano(s) Mês(es) Dias Data da prisão: 08/01/2023 Data da soltura: 19/01/2023





Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14a. P.J. Criminal de Brasília

MM. Juiz,

O Ministério Público oferta acordo de não persecução penal ao indiciado JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, nos termos da peça em anexo.

Para tanto, desde logo assinala o dia 31/3/2023 às 14h, para realização da audiência extrajudicial, por videoconferência (Microsoft Teams), a fim de entabular os termos do acordo com o investigado.

Pede seja nomeado o NPJ-UniCEUB para assistir o investigado, caso ele não se apresente com advogado constituído.

E, ainda, requer a fixação de prazo de 30 dias para formalização do acordo.

Brasília, 8 de março de 2023.

ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
PROMOTOR DE JUSTIÇA





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

PROPOSTA DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

PJ-e nº 0700623-48.2023.8.07.0001

Ref.: IP nº 5/2023-CORF

Incidência penal:

Artigo 333, caput, do Código Penal.

Investigado:

JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, brasileiro, natural de Bicas - MG, filho de José Olintho Ciscouto e de Ione de Oliveira Ciscouto, nascido em 17/8/1949, **73 anos na data do fato**, portador do RG nº M714409 SSP/MG e do CPF nº 098.528.326-20, com endereço residencial na Rua Cipriano de Carvalho, nº 76, bairro Barreiro, Belo Horizonte-MG, telefones: (31) 3384-2483 / (31) 98427-7283.

I. DO FATO

No dia 8 de janeiro de 2023, domingo, por volta das 23h30, no interior da Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor, a Ordem Tributária e a fraudes — CORF/DPE, situada no SPO, lote 23, conjunto D, edifício do Departamento de Polícia Especializada - Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal, Brasília-DF, **o investigado, com vontade livre e consciente, prometeu a vantagem indevida ao escrivão de polícia Douglas da Silva Curinga para determiná-lo a omitir ato de ofício, qual, seja, deixar de apreender o aparelho de telefone celular de sua propriedade.**

No dia e horário acima mencionados, o investigado, após ser detido em razão de seu suposto envolvimento nos fatos cometidos no dia 8/1/23 na Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF (crimes contra o Estado Democrático de Direito, dano ao patrimônio público, entre outros), foi conduzido às dependências da CORF- DPE para formalização do auto de prisão em flagrante.

O investigado, no momento em que o escrivão de polícia colhia a assinatura no termo de declarações por ele prestado, bem como lavrava o auto de apreensão de aparelho celular que estava em seu poder dele, prometeu ao policial a entrega da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a fim de que ele não realizasse a apreensão de seu telefone.

II. DA INCIDÊNCIA PENAL

Ao assim agir, o investigado estaria incurso nas penas do **artigo 333, caput, do Código Penal.**

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa

III. DO PRESSUPOSTO LEGAL

O art. 28-A do CPP estabelece a confissão circunstanciada do investigado como pressuposto para o acordo de não persecução penal. Fica desde logo, portanto, advertido o investigado que, em caso de concordância com a presente proposta, sua manifestação implica confissão extrajudicial do fato noticiado nestes autos.

IV. DAS CONDIÇÕES

1. Prestação pecuniária no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), em favor da instituição a ser indicada pelo SEMA – MPDFT.

1.1 A prestação pecuniária poderá ser paga na conta bancária abaixo discriminada, **em até 4 (quatro) parcelas iguais**, mensais e sucessivas de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais), sendo a **primeira para o dia 3/4/23 e as demais todo dia 3 de cada mês.**

O investigado, no prazo máximo de 10 dias, sob pena de revogação do benefício, deverá contactar o Sema Brasília I e Especializadas, telefones 3343-6493(whatsapp)/6492(whatsapp)/6491/ 99164-1335 (whatsapp)/ e-mail: sema-brasil1@mpdft.mp.br. para obter as informações necessárias à prestação pecuniária ora ajustada.

2. Não cometimento de outra infração penal.

2.1 A prática de novo delito **durante o período que anteceder a sentença de extinção da punibilidade**, poderá revogar/rescindir o acordo entabulado entre o investigado e o MPDFT.

2.2 Em caso de revogação/rescisão do acordo, o investigado **não terá direito ao ressarcimento do valor que já tiver sido pago** a título de reparação do dano e/ou prestação pecuniária.

V. DO PEDIDO

O Ministério Público desde logo assinala o **dia 31/3/23, às 14h**, para audiência extrajudicial, a ser realizada via Microsoft Teams, com a finalidade de entabulação do acordo.

Por isso, Ministério Público requer:





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

1. **A nomeação do Núcleo de Práticas Jurídicas do UniCeub** para prestar assistência jurídica ao investigado, caso não possua advogado constituído para assisti-lo;
2. **O estabelecimento do prazo de 30 dias**, para que o Ministério Público providencie contato com o investigado e promova audiência extrajudicial, por videoconferência, para formalização do acordo;
3. **A homologação do presente acordo de não persecução penal**, caso o investigado, assistido por advogado, manifeste o interesse em aceitar a proposta, a fim de que produza os efeitos legais, nos termos do artigo 28-A, § 6º, do Código de Processo Penal.

Brasília/DF, data do peticionamento eletrônico.

Antonio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça – MPDFT

[peça assinada eletronicamente por meio de certificação digital]





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7ª Vara Criminal de Brasília
Praça Municipal Lote 1 Bloco B, -, BLOCO B, 5º ANDAR, ALA
C, SALA 524, Zona Cívico-Administrativa, BRASÍLIA - DF -
CEP: 70094-900
Telefone: 61.3103.7366 / 3103.7532, FAX 61.3103.0356
Email: 07vcriminal@tjdft.jus.br
Atendimento: segunda a sexta-feira das 12:00 às 19:00 horas

Processo nº 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe: INQUÉRITO POLICIAL (279)

Autor: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Réu(s): INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DECISÃO

Vistos, etc.

Nomeio o NAJ-UniCEUB para exercer a Defesa Técnica do indiciado, sem prejuízo de constituir outro defensor (a), devendo ser intimado da designação e da audiência extrajudicial para oferecimento de acordo de não persecução penal.

Aguarde-se por 30 (trinta) dias, em ambiente eletrônico adequado, a realização das tratativas. Findo esse prazo sem manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público.

Intimem-se.

BRASÍLIA-DF, 09 de março de 2023.

Fernando Brandini Barbagalo







Poder Judiciário da
União
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO
DISTRITO
FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

7VARCRIBSB
7ª Vara Criminal
de Brasília
Praça Municipal
Lote 1 Bloco B,
BLOCO B, 5º
ANDAR, ALA C,
SALA 524, Zona
Cívico-
Administrativa,
BRASÍLIA - DF -
CEP: 70094-900
Telefone: 61
3103-7532
Horário de
atendimento:
12:00 às 19:00
E-mail:
07vcriminal@tjdft
.jus.br

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001
AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CARTA PRECATÓRIA - PROPOSTA DE ANPP

Deprecante: Juízo de Direito do 7ª Vara Criminal de Brasília

Deprecado: Juízo de Direito de uma das Varas Criminais/Precatórias da Comarca de Belo Horizonte-MG

Destinatário: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO RUA CIPRIANO DE CARVALHO

Endereço: Rua Cipriano de Carvalho, n. 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE, MG

Telefones: (31) 3384- 2483 / (31) 98427-7283



O MM Dr. Fernando Brandini Barbagalo, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições, na forma da lei,

Faz saber a(o) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito de uma das Varas Criminais dessa Comarca, ou quem suas vezes fizer, que por este Juízo e cartório tramita inquérito policial instaurado pela PCDF, em desfavor do(a) destinatário(a), por suposta infração ao disposto na incidência relacionada, constando, ainda, que o(a) mesmo(a) reside nessa Comarca. Tudo conforme acima relacionado, pelo que **DEPRECO** à Vossa Excelência as diligências necessárias no sentido de que, depois de exarar o seu respeitável **CUMPRA-SE, DETERMINE INTIMÁ-LO(A)**, visto que foi proposto Acordo de Não-Persecução Penal pelo MPDF, a cumprir os termos das condições impostas no dito acordo. Para tanto, segue cópia da proposta.

CONCEDO a presente **CARÁTER ITINERANTE**, em caso de deslocamento do(a) acusado(a) para outra Unidade da Federação. Dada e passada nesta cidade de Brasília-DF, às 18:17:40. Eu, Flávio Bastos do Nascimento, Diretor de Secretaria, a digitei.

Fernando Brandini Barbagalo

Juiz de Direito

ANEXO: Peças processuais necessárias à instrução da diligência deprecada.

Obs: Os documentos/decisões do processo, cujas chaves de acesso estão acima descritas, poderão ser acessados por meio do link: <https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> (ou pelo site do TJDF: "www.tjdft.jus.br" > Aba lateral direita "Advogados" > item "Processo Eletrônico - PJe" > item "Autenticação de documentos"; ou também pelo site do TJDF: "www.tjdft.jus.br" > Aba lateral direita "Cidadãos" > item "Autenticação de Documentos" > item "Processo Judicial Eletrônico - PJe [Documentos emitidos no PJe]).





TJDFT

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO - JUNTADA

CERTIFICO e dou fé que, JUNTEI aos presentes autos comprovante de remessa de Proposta de ANPP a comarca de Belo horizonte via Malote Digital

13/03/2023 06:39

ELIEL CELES ARAUJO

7ª Vara Criminal de Brasília / Cartório / Servidor Geral





Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 13/03/2023 às 06:37

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 80720231535802
Documento: PROPOSTA ANPP - PROCESSO_ 0700623-48.2023.8.07.pdf
Remetente: 7ª Vara Criminal de Brasília (Eliel Celes Araujo)
Destinatário: Secretaria da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte (TJMG)
Data de Envio: 13/03/2023 06:33:32
Assunto: CARTA PRECATÓRIA - PROPOSTA DE ANPP - JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

Código de rastreabilidade: 80720231535801
Documento: PROCESSO_ 0700623-48.2023.8.07.0001 - INQUÉRITO POLICIAL.pdf
Remetente: 7ª Vara Criminal de Brasília (Eliel Celes Araujo)
Destinatário: Secretaria da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte (TJMG)
Data de Envio: 13/03/2023 06:33:32
Assunto: CARTA PRECATÓRIA - PROPOSTA DE ANPP - JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO





TJDFT

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO - JUNTADA

CERTIFICO e dou fé que, JUNTEI aos presentes autos comprovante de REENVIO de Proposta de ANPP a comarca de Belo horizonte via Malote Digital

15/03/2023 13:57

ELIEL CELES ARAUJO

7ª Vara Criminal de Brasília / Cartório / Servidor Geral



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***.***-49 em 19/06/2023 15:45:32

Número do documento: 23031513580004200000140414515

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23031513580004200000140414515>

Assinado eletronicamente por: ELIEL CELES ARAUJO - 15/03/2023 13:58:00

Num. 152410843 - Pág. 1



Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 15/03/2023 às 13:55

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 80720231537707
Documento: PROCESSO_ 0700623-48.2023.8.07.0001 - PROPOSTA ANPP.pdf
Remetente: 7ª Vara Criminal de Brasília (Eliel Celes Araujo)
Destinatário: GEDIPRO - DISTRIBUIÇÃO e PROTOCOLO (TJMG)
Data de Envio: 15/03/2023 13:54:07
Assunto: CARTA PRECATÓRIA - PROPOSTA DE ANPP - JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

Código de rastreabilidade: 80720231537706
Documento: PROCESSO_ 0700623-48.2023.8.07.0001 - CARTA PRECATÓRIA.pdf
Remetente: 7ª Vara Criminal de Brasília (Eliel Celes Araujo)
Destinatário: GEDIPRO - DISTRIBUIÇÃO e PROTOCOLO (TJMG)
Data de Envio: 15/03/2023 13:54:07
Assunto: CARTA PRECATÓRIA - PROPOSTA DE ANPP - JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO





TJDFT

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO - JUNTADA

CERTIFICO e dou fé que, JUNTEI aos presentes autos e-mail ao TJMG em atenção a Despacho solicitando encaminhamento de peças complementares a Carta Precatória de ANPP.

17/03/2023 17:37

ELIEL CELES ARAUJO

7ª Vara Criminal de Brasília / Cartório / Servidor Geral





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / Vara de Precatórias Criminais da Comarca de
Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5053236-61.2023.8.13.0024

CLASSE: [CRIMINAL] CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL (355)

ASSUNTO: [Audiência no Deprecado]

AUTOR: Ministério Público - MPMG

RÉU/RÉ: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DESPACHO

Apesar de o conteúdo do ato deprecado se tratar de mera intimação do autor do fato para cumprir os termos do Acordo de Não Persecução Penal proposto, esses atos estão sendo feitos neste Juízo em audiência, com a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública ou defesa constituída que, por padrão, solicitam a integralidade dos documentos para analisar a aceitação ou não do benefício.

Dessa forma, devolvam-se os autos ao Juízo deprecante para que seja anexada cópia do Termo Circunstanciado de Ocorrência/Boletim de Ocorrência, ou ainda, se for o caso, cópia da denúncia, a fim de viabilizar a realização da apresentação da proposta.

BELO HORIZONTE, data da assinatura eletrônica.

MELISSA PINHEIRO COSTA LAGE GIOVANARDI

Juiz(íza) de Direito



Número do documento: 23031710430662200009750222028
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23031710430662200009750222028>
Assinado eletronicamente por: MELISSA PINHEIRO COSTA LAGE GIOVANARDI - 17/03/2023 10:43:06

Num. 9754129059 - Pág. 1



AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 1549, BARRO PRETO, BELO HORIZONTE - MG -
CEP: 30190-002



Número do documento: 23031710430662200009750222028
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23031710430662200009750222028>
Assinado eletronicamente por: MELISSA PINHEIRO COSTA LAGE GIOVANARDI - 17/03/2023 10:43:06




Encaminha peças

Eliel Celes Araujo <eliel.araujo@tjdft.jus.br>

Sex, 17/03/2023 17:34

Para: vprecrime@tjmg.jus.br <vprecrime@tjmg.jus.br>

 2 anexos (16 MB)

PROCESSO_ 0700623-48.2023.8.07.0001 Anexos ANPP.pdf; TJMG.pdf;

A Vossa Senhoria, o Senhor
Guilherme Evangelista
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG
Vara de Precatórias Criminais de Belo Horizonte - MG

Prezado Senhor,

De ordem do MM Juiz de Direito, encaminho peças em complemento da Carta Precatória Criminal de Intimação de ANPP para Júlio Cesar de Oliveira Ciscouto, conforme requerido por esse juízo.

Carta Precatória nº 5053236-61.2023.8.13.0024
Processo de origem nº 0700623-48.2023.8.07.0001
Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Eliel Celes Araujo
Técnico Judiciário
7ª Vara Criminal de Brasília
eliel.araujo@tjdft.jus.br





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

CERTIDÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DJE

O ato Judicial **Decisão** ID [151765080](#) foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em **16/03/2023**, e será publicado no primeiro dia útil subsequente.

18 de março de 2023





TJDFT

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO - JUNTADA

CERTIFICO e dou fé que, JUNTEI aos presentes autos comunicado de distribuição da precatória expedida no ID [151853441](#), para a Vara de Precatórias Criminais de Belo Horizonte/MG, no dia 15/03/2023, sob o nº 5053236-61.2023.8.13.0024.

24/03/2023 14:57

CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES
7ª Vara Criminal de Brasília / Direção / Diretor de Secretaria





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 80720231537706

Nome original: PROCESSO_ 0700623-48.2023.8.07.0001 - CARTA PRECATÓRIA.pdf

Data: 24/03/2023 10:24:51

Remetente:

GUSTAVO LUIZ SILVA

GEDIPRO - DISTRIBUIÇÃO e PROTOCOLO

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Prezados, informamos que a Carta Precatória Criminal oriunda do processo nº 0700623-48.2023.8.07.0001 foi distribuída para a Vara de Precatórias Criminais de Belo Horiz onte, no dia 15 03 2023, sob o nº 5053236-61.2023.8.13.0024.



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***.***-49 em 19/06/2023 15:45:33

Número do documento: 23032414595996000000141410233

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032414595996000000141410233>

Assinado eletronicamente por: CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES - 24/03/2023 15:00:00

Num. 153526581 - Pág. 1



Número: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe: INQUÉRITO POLICIAL
Órgão julgador: 7ª Vara Criminal de Brasília
Última distribuição : 09/01/2023
Assuntos: Prisão em flagrante
Nível de Sigilo: 0 (Público)
Justiça gratuita? NÃO
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (AUTORIDADE POLICIAL)	
JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO (INDICIADO)	
	CLARA NOVAIS PERAZZO (ADVOGADO) JEAN CLEBER GARCIA FARIAS (ADVOGADO)

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS (FISCAL DA LEI)	
Em segredo de justiça (VÍTIMA)	
Em segredo de justiça (TESTEMUNHA)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
151853441	09/03/2023 18:27	Carta	Carta



Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001
AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CARTA PRECATÓRIA - PROPOSTA DE ANPP

Deprecante: Juízo de Direito do 7ª Vara Criminal de Brasília

Deprecado: Juízo de Direito de uma das Varas Criminais/Precatórias da Comarca de Belo Horizonte-MG

Destinatário: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO RUA CIPRIANO DE CARVALHO

Endereço: Rua Cipriano de Carvalho, n. 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE, MG

Telefones: (31) 3384- 2483 / (31) 98427-7283

Incidência: art. 333, do CPB

O MM Dr. Fernando Brandini Barbagalo, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições, na forma da lei, Faz saber a(o) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito de uma das Varas Criminais dessa Comarca, ou quem suas vezes fizer, que por este Juízo e cartório tramita inquérito policial instaurado pela PCDF, em desfavor do(a) destinatário(a), por suposta infração ao disposto na incidência relacionada, constando, ainda, que o(a) mesmo(a) reside nessa Comarca. Tudo conforme acima relacionado, pelo que **DEPRECO** à Vossa Excelência as diligências necessárias no sentido de que, depois de exarar o seu respeitável **CUMpra-se, DETERMINE INTIMÁ-LO(A)**, visto que foi proposto Acordo de Não-Persecução Penal pelo MPDF, a cumprir os termos das condições impostas no dito acordo. Para tanto, segue cópia da proposta.

CONCEDO a presente CARÁTER ITINERANTE, em caso de deslocamento do(a) acusado(a) para outra Unidade da Federação. Dada e passada nesta cidade de Brasília-DF, às 18:17:40. Eu, Flávio Bastos do Nascimento, Diretor de Secretaria, a digitei.

Fernando Brandini Barbagalo

Juiz de Direito

ANEXO: Peças processuais necessárias à instrução da diligência deprecada.

Obs: Os documentos/decisões do processo, cujas chaves de acesso estão acima descritas, poderão ser acessados por meio do link: <https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> (ou pelo site do TJDF: "www.tjdft.jus.br" > Aba lateral direita "Advogados" > item "Processo Eletrônico - PJe" > item "Autenticação de documentos"; ou também pelo site do TJDF: "www.tjdft.jus.br" > Aba lateral direita "Cidadãos" > item "Autenticação de Documentos" > item "Processo Judicial Eletrônico - PJe [Documentos emitidos no PJe]).



Este documento foi gerado pelo usuário 008.***.***-48 em 15/03/2023 13:50:12
Número do documento: 23030918271550500000139921411
<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23030918271550500000139921411>
Assinado eletronicamente por: FERNANDO BRANDINI BARBAGALO - 09/03/2023 18:27:15



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***.***-49 em 19/06/2023 15:45:33
Número do documento: 23032414595996000000141410233
<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032414595996000000141410233>
Assinado eletronicamente por: CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES - 24/03/2023 15:00:00



Este documento foi gerado pelo usuário 008.***.***-48 em 15/03/2023 13:50:12
Número do documento: 23030918271550500000139921411
<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23030918271550500000139921411>
Assinado eletronicamente por: FERNANDO BRANDINI BARBAGALO - 09/03/2023 18:27:15



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***.***-49 em 19/06/2023 15:45:33
Número do documento: 23032414595996000000141410233
<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032414595996000000141410233>
Assinado eletronicamente por: CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES - 24/03/2023 15:00:00



TJDFT

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO - JUNTADA

CERTIFICO e dou fé que, JUNTEI aos presentes autos comunicado do juízo deprecado que foi designada audiência para oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal **para o dia 10/05/2023, às 10h45.**

24/03/2023 15:27

CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES
7ª Vara Criminal de Brasília / Direção / Diretor de Secretaria





Número: 5053236-61.2023.8.13.0024

Classe: [CRIMINAL] CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL
Órgão julgador: Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte
Última distribuição : 16/03/2023
Valor da causa: R\$ 0,00
Processo referência: 0700623-48.2023.8.07.0001
Assuntos: Audiência no Deprecado
Segredo de justiça? NÃO
Justiça gratuita? NÃO
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Advogados	
Ministério Público - MPMG (AUTOR)			
JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO (RÉU/RÉ)			
Outros participantes			
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9761085721	24/03/2023 10:59	Despacho	Despacho





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5053236-61.2023.8.13.0024

CLASSE: [CRIMINAL] CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL (355)

ASSUNTO: [Audiência no Deprecado]

AUTOR: Ministério Público - MPMG

RÉU/RÉ: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DESPACHO

Designo audiência para oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal para o dia 10/05/2023, às **10h45**, nos termos do art. 28-A do Código de Processo Penal . A ausência do autor do fato será considerada como recusa ao benefício.

Intime(m)-se. Se necessário, cumprir a diligência com o uso das prerrogativas previstas no art. 797 do Código de Processo Penal e art. 212, §2º, do Código de Processo Civil, independentemente de autorização judicial.

Deverá constar na intimação do autor do fato/procuradores o endereço eletrônico da Vara para solicitação de envio do link e orientação de como acessar o Cisco Webex (em desktop, notebook ou aparelho celular, por meio de aplicativo Cisco Webex Meetings), para a opção de participação da audiência independentemente de comparecimento ao Fórum. Optando a pessoa em realizar o acesso virtual, deverá declarar e demonstrar estar incomunicável no momento do ato. Caso não disponha de condições técnicas para participar da audiência por videoconferência, deverá comparecer ao Fórum para audiência presencial no mesmo dia e horário.

Constar também no mandado que o porte de documento de identificação é indispensável em qualquer caso, assim como o uso de máscara, na hipótese de a pessoa



Número do documento: 23032410593606700009757178640
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032410593606700009757178640>
Assinado eletronicamente por: MELISSA PINHEIRO COSTA LAGE GIOVANARDI - 24/03/2023 10:59:36

Num. 9761085721 - Pág. 1



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***.***-49 em 19/06/2023 15:45:33
Número do documento: 23032415291240000000141426788
<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032415291240000000141426788>
Assinado eletronicamente por: CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES - 24/03/2023 15:29:12

Num. 153537181 - Pág. 2

comparecer ao Fórum. Neste caso, deverão ser observadas as medidas regulamentares sanitárias.

Determina-se seja feito contato com a defesa informada nos autos e/ou defensor(a) público/dativo (a) por meio de intimação ou outra forma célere para que forneça e-mail ou outro contato (para encaminhamento de link da audiência), até 3 (três) dias antes do ato.

A disponibilização da pauta de audiências atualizada (para a Juíza de Direito, o Ministério Público e defesa Pública/dativa) deverá ocorrer até o dia anterior à audiência. Na pauta de audiências deverá estar mencionado o link para o acesso externo ao procedimento.

Comunique-se ao Juízo deprecante, informando-se quanto à designação, servindo a presente decisão como ofício. Publique-se.

BELO HORIZONTE, data da assinatura eletrônica.

MELISSA PINHEIRO COSTA LAGE GIOVANARDI

Juiz(íza) de Direito

Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte

AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 1549, BARRO PRETO, BELO HORIZONTE - MG -
CEP: 30190-002



Número do documento: 23032410593606700009757178640
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032410593606700009757178640>
Assinado eletronicamente por: MELISSA PINHEIRO COSTA LAGE GIOVANARDI - 24/03/2023 10:59:36

Num. 9761085721 - Pág. 2



Este documento foi gerado pelo usuário 807.***.***-49 em 19/06/2023 15:45:33
Número do documento: 23032415291240000000141426788
<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032415291240000000141426788>
Assinado eletronicamente por: CASSIO ROBERTO SILVA PECANHA NEVES - 24/03/2023 15:29:12

Num. 153537181 - Pág. 3

Exmo. Sr. Juiz de Direito,

Requeiro a juntada da procuração anexa, bem como a publicação de todos os atos em nome deste Advogado, nos termos da legislação processual.

Brasília, 27 de Março de 2023.

Douglas Ivanowski Bertelli Kirchner

OAB-DF 57.332.

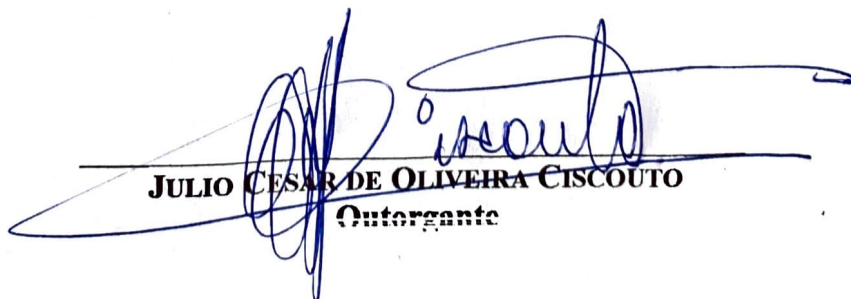




PROCURAÇÃO

JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF n.º 098.528.326-20, portador da Carteira de Identidade n.º M714.409 SSP/MG, nascido em 17.8.1949, filho de José Olintho Ciscouto e Ione de Oliveira Ciscouto, residente na Rua Cipriano de Carvalho, 76, Barreiro, Belo Horizonte/MG, CP 30.640-130; pelo presente instrumento de procuração ao final assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador o Advogado **DOUGLAS IVANOWSKI BERTELLI KIRCHNER**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob o n.º 57.332, com escritório profissional na CCSW 2, Lote 1, apartamento 102, condomínio Dr. Thomas Starzl, Sudoeste, Brasília, Distrito Federal, a quem confere poderes gerais e especiais para foro em geral (Código de Processo Civil, art. 105), com a cláusula extra judicis a fim de que possa defender os interesses e direitos do(a) outorgante – em especial nos seguintes procedimentos criminais: **Inquérito Policial n.º 0700623-48.2023.8.07.0001** e **Liberdade Provisória n.º 0706471-16.2023.8.07.0001** (ambos perante a 7ª Vara Criminal de Brasília), **Inquérito n.º 4.879/DF** e **Petição n.º 10.820/DF** (ambos perante o Supremo Tribunal Federal) – podendo protocolizar requerimentos, juntar documentos, inclusive sigilosos, interpor recursos e razões recursais, em todos os níveis e instâncias judiciais, requerer medidas judiciais e cópias, mesmo de informações sigilosas, levantar alvarás e honorários de sucumbência, praticando todos os atos para o fiel cumprimento do presente mandato, com exceção de receber citação pessoal.

Belo Horizonte, MG, 16 de Fevereiro de 2023.


JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO
Outorgante

Bertelli Kirchner Sociedade de Advocacia OAB/DF 57.332 bkirchner.adv@gmail.com
CCSW 2, Lote 1, n.º 102, CEP 70.680-253, tel. + 55 (61) 99453 8080 3553 0304

AO MM JUÍZO DA 7ª VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA

PROCESSO Nº: 0700623-48.2023.8.07.0001

CLARA NOVAIS PERAZZO, brasileira, advogada, inscrita na OAB/DF sob o nº 64.088 vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, solicitar o descadastramento da mesma nos autos do processo em epígrafe, tendo em vista ter sido nomeada para representar o réu apenas em sede de Inquérito Policial.

Sendo assim, a Renunciante requer o descadastramento desta patrona nos autos.

Nestes Termos

Pede deferimento.

Brasília, 27 de março de 2023.

CLARA NOVAIS PERAZZO

OAB/DF 64.088

Clara Perazzo – Advogada OAB/DF 64.088

 (61) 98426 2053  claranovais.adv@gmail.com  @claraperazzoadv





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7ª Vara Criminal de Brasília

Praça Municipal Lote 1 Bloco B, -, BLOCO B, 5º ANDAR, ALA
C, SALA 524, Zona Cívico-Administrativa, BRASÍLIA - DF -
CEP: 70094-900

Telefone: 61.3103.7366 / 3103.7532, FAX 61.3103.0356

Email: 07vcriminal@tjdft.jus.br

Atendimento: segunda a sexta-feira das 12:00 às 19:00 horas

Processo nº 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe: INQUÉRITO POLICIAL (279)

Autor: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Réu(s): INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DESPACHO

Vistos, etc.

Visto a apresentação da procuração e o pedido de ID [153774483](#), mantenha-se apenas o nome do advogado constante no instrumento de mandato de ID [153765446](#) nos cadastros como representante do indiciado.

Tendo em conta que há advogado cadastrado nos autos, à defesa para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informe se tem interesse na celebração do acordo de não persecução penal nos termos propostos em ID [151696251](#), com vistas a não haver mais necessidade de realização de audiência via carta precatória e encurtamento dos trâmites processuais.

Intimem-se.



Brasília/DF, 29 de março de 2023.

Fernando Brandini Barbagalo

Juiz de Direito





Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14a. P.J. Criminal de Brasília

MM. Juiz,

Nesta data o MPDFT entabulou ANPP com o indiciado JULIO CISCOUTO. Peço a juntada do termo em anexo e a homologação do acordo. Peço aguardem os autos em cartório até o integral cumprimento do acordo em 10/9/2023.

Dada a formalização do acordo, peço seja o juízo deprecado comunicado da desnecessidade de realização da audiência já designada no Estado de MG, com o conseguinte arquivamento da deprecata.

Brasília, 31 de março de 2023.

ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
PROMOTOR DE JUSTIÇA





Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília/DF

TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

PJ-e nº 0700623-48.2023.8.07.0001

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com o fundamento no art. 28-A do Código de Processo Penal, com redação acrescida pela Lei 13.964/2019, deixa, por ora, de propor ação penal e celebra o presente

Acordo de não persecução penal

Com JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, brasileiro, natural de Bicas - MG, filho de José Olintho Ciscouto e de Ione de Oliveira Ciscouto, nascido em 17/8/1949, 73 anos na data do fato, portador do RG nº M714409 SSP/MG e do CPF nº 098.528.326-20, com endereço residencial na Rua Cipriano de Carvalho, nº 76, bairro Barreiro, Belo Horizonte-MG, telefones: (31) 3384- 2483 / (31) 98427-7283 neste ato assistido por seu advogado constituído Douglas Ivanowski Bertelli Kirchner, OAB -DF 57.332, nos termos a seguir acordados.

1 Dos fatos e da adequação típica

No dia 8 de janeiro de 2023, domingo, por volta das 23h30, no interior da Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor, a Ordem Tributária e a fraudes — CORF/DPE, situada no SPO, lote 23, conjunto D, edifício do Departamento de Polícia Especializada - Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal, Brasília-DF, o investigado, com vontade livre e consciente, prometeu a vantagem indevida ao escrivão de polícia Douglas da Silva Curinga para determiná-lo a omitir ato de ofício, qual, seja, deixar de apreender o aparelho de telefone celular de sua propriedade.



No dia e horário acima mencionados, o investigado, após ser detido em razão de seu suposto envolvimento nos fatos cometidos no dia 8/1/23 na Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF (crimes contra o Estado Democrático de Direito, dano ao patrimônio público, entre outros), foi conduzido às dependências da CORF- DPE para formalização do auto de prisão em flagrante.

O investigado, no momento em que o escrivão de polícia colhia a assinatura no termo de declarações por ele prestado, bem como lavrava o auto de apreensão de aparelho celular que estava em seu poder dele, prometeu ao policial a entrega da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a fim de que ele não realizasse a apreensão de seu telefone.

O fato guarda adequação típica no art. 333 do Código Penal.

2 Do cabimento do acordo de não persecução penal

O Ministério Público, nos autos do processo, já indicou a possibilidade do acordo e o atendimento, pelo investigado, dos requisitos para tanto.

3 Da confissão

O investigado, neste ato processual, após ser advertido de seu direito constitucional ao silêncio, bem como do que seja a confissão extrajudicial para os fins do ANPP, na presença do seu advogado constituído, confessou a prática da infração, formal e circunstanciadamente, conforme gravação audiovisual anexa.

4 Das condições do acordo processual

Como condição do acordo, e atendendo à preocupação de que, embora resida em outra unidade federativa, o investigado possa cumprir o acordo no Distrito Federal, as partes aquiescem com o seguinte:

4.1 O investigado se compromete a prestar o valor de R\$ 1.300,00 em favor de entidade a ser indicada pelo SEMA/MPDFT. O pagamento poderá ser parcelado em seis parcelas, a serem pagas assim: R\$ 250,00 até o dia 10/4/2023 e cinco parcelas no valor de R\$ 210,00 até os dias 10/5, 10/6, 10/7, 10/8 e 10/9/2023.

Os dados da SEMA para contato são:

Setor de Controle e Acompanhamento de Medidas Alternativas de Brasília I e Promotorias Especializadas - SEMA/CPJBSI. Telefone: 33436493 (*whatsapp*).
Localização: Edifício-Sede do MPDFT (Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF – CEP 70.091-900), 2º andar, sala 241.

4.2 Não cometimento de outra infração penal.

4.2.1 A prática de novo delito **durante o período que anteceder a sentença de extinção da**





punibilidade, poderá revogar/rescindir o acordo entabulado entre o investigado e o MPDFT.

4.2.2 Em caso de revogação/rescisão do acordo, o investigado **não terá direito ao ressarcimento do valor que já tiver sido pago** a título de reparação do dano e/ou prestação pecuniária.

5 Dos meios de contato e atualização de dados

O(a) investigado(a) declara que receberá notificações e comunicações pelos meios eletrônicos indicados no presente acordo, desde já é advertido de que qualquer impossibilidade de comunicação pelos meios indicados será interpretada como inexecução voluntária e implicará rescisão judicial do acordo.

É dever do(a) investigado(a), ainda, comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou e-mail, e comprovar o cumprimento das condições, independentemente de notificação ou aviso prévio. Eventual justificativa para o não cumprimento do acordo deverá ser imediatamente apresentada de forma documentada ao Ministério Público.

6 Da homologação judicial

O presente acordo será submetido à apreciação judicial perante o MM. Juízo da 7ª Vara Criminal, e, após sua homologação judicial e ciência por parte do(a) investigado, estará apto a ser implementado.

Na hipótese de o acordo não ser homologado judicialmente, o inquérito policial retornará ao Ministério Público para os fins do art. 28-A, §5º, do Código de Processo Penal.

A carta precatória para formalização do acordo no Estado de MG deverá ser revogada, dado que o presente acordo já soluciona o fato noticiado.

7 Da comprovação do cumprimento do acordo

A comprovação do cumprimento das condições elencadas no presente acordo é de responsabilidade exclusiva do investigado, que deverá apresentar a documentação comprobatória ao Setor de Medidas Alternativas da Promotoria de Justiça ou **enviá-la por meio do WhatsApp (61) 3343-9594 (telefone das 13ª e 14ª Promotorias de Justiça Criminais de Brasília/DF)**, após decorridos os períodos fixados nas cláusulas anteriores.





Os comprovantes também poderão ser apresentados pelo defensor constituído do investigado.

Desde já, está ciente o investigado de que NÃO SERÁ INTIMADO para comprovar o cumprimento do acordo e que, ultrapassado o prazo previsto sem comprovação, o acordo será considerado descumprido e sua rescisão será imediatamente requerida ao MM. Juízo da 7ª Vara Criminal de Brasília/DF.

8 Do descumprimento do acordo

O investigado está ciente de que o não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas resultará na adoção das medidas judiciais cabíveis, em especial na RESCISÃO DO ACORDO e no **oferecimento de denúncia**. O descumprimento também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o não oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 28-A, §11, do Código de Processo Penal, com redação acrescida pela Lei 13.964/2019.

O investigado está ciente de que o benefício será revogado se, durante sua vigência, for processado por outro crime doloso cometido após a homologação do presente.

9 Disposições finais

- A ausência de **comprovação do cumprimento das condições, no prazo determinado, implicará desistência do acordo processual** pelo(a) investigado(a) e consequente oferecimento da denúncia.
- A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto para avaliação quanto à possibilidade de novo acordo de não persecução penal, transação penal e suspensão condicional do processo.
- Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, será formulado, pelo Ministério Público, pedido de **extinção da punibilidade do investigado**, com o consequente **arquivamento do inquérito policial**.

Nada mais havendo, assinam as partes o presente acordo, de livre e espontânea vontade, para que produzam seus efeitos legais e processuais.





Brasília/DF, 31 de março de 2023.

Antonio Suxberger
Promotor de Justiça

Douglas Ivanowski Bertelli Kirchner
OAB -DF 57.332

O investigado declara, na oportunidade, que não responde a ações criminais nem ostenta condenação criminal anterior. Também está ciente de que eventual falsidade nas informações prestadas autorizará a revogação do benefício legal.

Investigado(a)



Tipo de documento: Outros Documentos
Descrição do documento: AUDIENCIA JULIO CISCOUTO
Id: 154366783
Data da assinatura: 31/03/2023

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.

Motivo: O formato do arquivo é incompatível com PDF. Formato do arquivo: video/mp4





Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14a. P.J. Criminal de Brasília

OFÍCIO Nº ANPP 020/2023/ASS/DGR /MPDFT

Brasília, 31 de março de 2023.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a) Delegado(a) Titular

Assunto: Comunicação de Proposição de ANPP

Senhor(a) Delegado(a),

Ao tempo em que o(a) cumprimento, sirvo-me do presente para comunicar a proposição de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público em relação a investigado no inquérito policial do processo nº 0700623-48.2023.8.07.0001.

Atenciosamente,

ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
PROMOTOR DE JUSTIÇA





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

CERTIDÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DJE

O ato Judicial **Despacho** ID [153905262](#) foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em **30/03/2023**, e será publicado no primeiro dia útil subsequente.

1 de abril de 2023



Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito desta Sétima Vara Criminal de Brasília,

O Acusado JULIO CESAR CISCOUTO, por seu Advogado já habilitado nestes autos, vem perante Vossa Excelência, em atenção ao último Despacho (ID n. [153905262](#)) informar a celebração de Acordo de Não-Persecução Penal (CPP, Art. 28-A) firmado com o Ilustre Membro do MPDFT Dr. ANTÔNIO SUXBERGER e já juntado aos autos na última Sexta-Feira, dia 31 de Março, conforme Petições ID 154366781 - Petição (Termo de Acordo de não Persecução Penal;) e 154366789 - Tramitação Direta - MPDFT - Manifestação (Cota à polícia diversa de baixa).

Ante o exposto, requer-se a homologação judicial a fim de que possa ser dado início ao cumprimento dos termos do Acordo, conforme previsão processual penal

Brasília, DF, 3 de Abril de 2023.

Douglas Ivanowski Bertelli Kirchner

OAB-DF 57.332





TJDF

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7VARCRIBSB
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do Processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe Judicial: INQUÉRITO POLICIAL (279)

AUTORIDADE POLICIAL: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

DECISÃO

Vistos, etc.

Solicite-se a devolução da carta precatória de ID 153537181 independente de cumprimento.

Cuida-se de pedido de homologação de acordo de persecução penal entabulado entre o Ministério Público do Distrito Federal e JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, devidamente assistido por defensor constituído.

A minuta do acordo encontra-se em ID [154366782](#), verificando que as cláusulas cumprem o requisito da legalidades, não podendo ser reputadas insuficientes ou abusivas, logo estão adequadas ao ordenamento de regência.

Consta gravação do acordo realizado em ID [154366783](#), percebendo-se que o investigado esteve todo o tempo assistido por advogado constituído, atestando a voluntariedade na realização do acordo de não persecução penal.

Assim, presentes os requisitos legais, homologo o acordo de não persecução penal, nos termos do art. 28-A, § 6º, do Código de Processo Penal, para que surtam os efeitos legais.



Aguarde-se cumprimento do pactuado no acordo.

Intimem-se o investigado por publicação direcionada a seu patrono.

Intimem-se.

Brasília/DF, 10 de abril de 2023.

FERNANDO BRANDINI BARBAGALO

Juiz de Direito





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
7ª Vara Criminal de Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

CERTIDÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DJE

O ato Judicial **Decisão** ID [154558304](#) foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em **11/04/2023**, e será publicado no primeiro dia útil subsequente.

12 de abril de 2023





Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14a. P.J. Criminal de Brasília

MM. Juiz,

Ciente da r. decisão (ID 154558304).

Brasília, 12 de abril de 2023.

ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
PROMOTOR DE JUSTIÇA





EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CRIMINAL DE
BRASÍLIA

ANPP N.º 0700623-48.2023.8.07.0001

JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF n.º 098.528.326-20, residente na Rua Cipriano de Carvalho, 76, Barreiro, Belo Horizonte/MG, CP 30.640-130, vem perante Vossa Excelência, com fundamento no Art. 28-A, § 13, do Código de Processo Penal, requer a **extinção da punibilidade**, pelos motivos a seguir expostos.

Em decisão proferida no último dia 10 de Abril de 2023 (ID [154558304 – Decisão](#)), este Juízo homologou o acordo de não-persecução penal firmado pelo Interessado com o I. Membro do MPDFT, na qual ficou acertado o pagamento de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) a alguma instituição sem fins lucrativos.

Logo em seguida, foi lavrado Termo de Encaminhamento destinando a referida quantia em favor da Instituição ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DISTRITO FEDERAL (APAE/DF), nos seguintes termos:

Promotoria: 14a. P.J. Criminal de Brasília	
Instituto: ANPP - ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	Data do Atendimento: 11/04/2023

Eu, JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, declaro estar ciente e assumo o compromisso de cumprir integralmente a(s) medida(s) alternativa(s) acordada(s) abaixo especificada(s), estando de pleno acordo com seus termos.

O autor foi orientado sobre a importância do cumprimento da medida alternativa, bem como sobre as consequências de seu descumprimento.

Após a doação do(s) bem(bens), o beneficiário deverá entregar o cupom fiscal e o recibo fornecido pela Instituição no cartório do Juizado/Vara Criminal competente, para juntada aos autos.

PRESTAÇÃO DE BENS - VALOR A SER TRANSFERIDO OU DEPOSITADO

Início: 10/04/2023 Fim: 10/09/2023
Parcelas: 1 Valor da Parcela: R\$ 1300.00 Valor Total: R\$ 1300.00

Instituição: APAE - ASA NORTE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO
Endereço: SGAN, EQ 711/911, CONJUNTO E ASA NORTE BRASÍLIA
Contato: MÔNICA BASTOS / CELIA DIAS Telefone: 98131-8140 / 99338-9277
Projeto: Encaminhamento desvinculado de projeto

Observação: Depósito a favor da seguinte instituição:

APAE - ASA NORTE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DF.
Dados bancários (conta para depósito)
CNPJ: 00.643.692/0001-96
BANCO DO BRASIL: 001
AGÊNCIA: 3599-8
CONTA CORRENTE: 22391-3
PIX: financeiro@apaedf.org.br

1- Prestar o valor de R\$ 1.300,00 em favor da instituição indicada acima.
O pagamento poderá ser parcelado em seis parcelas, a serem pagas assim:
R\$ 250,00 até o dia 10/4/2023 e cinco parcelas no valor de R\$ 210,00 até os dias 10/5, 10/6, 10/7, 10/8 e 10/9/2023.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: após realizar o depósito bancário é necessário ligar ou comparecer na instituição e solicitar o Recibo de Doação. Para isso, informe o número do comprovante do depósito (ou outro dado que a instituição solicitar). Assim que a instituição confirmar a entrada do valor emitirá o Recibo de Doação.

Página 1 de 3

Bertelli Kirchner Sociedade de Advocacia OAB/DF 57.332 bkirchner.adv@gmail.com
CCSW 2, lote 1, n.º 102, CEP 70.680-253, tel. + 55 (61) 99453-8989 3553-0304



Em cumprimento ao referido Termo de Encaminhamento, o Interessado através de seu Advogado que esta subscreve fez o depósito da quantia acordada diretamente na conta corrente da instituição, conforme comprovante de Recibo emitido pela APAE/DF na data de hoje (12 de Abril de 2023, cf. original em anexo):

RECIBO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal – APAE/DF, CNPJ 00.643.692/0001-96, situada à SGAN 711/911 Conjunto E S/N, Asa Norte - Brasília/DF, declara ter recebido depósito em espécie na conta corrente Banco do Brasil ag 3599, cc 22391-3, a importância de R\$1.300,00 (hum mil e trezentos reais), na data 11/04/2023, conforme Termos de Encaminhamento nº TJDFT 0700623-48.2023.8.07.001 e comprovante de depósito apresentado, referente a contribuição em nome de DOUGLAS IVANOWSKI B KIRCHNER, portador de procuração de serviços advocatícios de JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO portador de CPF nº098.528.326-20, RG nºM714409 SSP MG.

Brasília, 12 de abril de 2023.

Tesouraria
APAE-DF

Página 2 de 3

Bertelli Kirchner Sociedade de Advocacia OAB/DF 57.332 bkirchner.adv@gmail.com
CCSW 2, lote 1, n.º 102, CEP 70.680-253, tel. + 55 (61) 99453-8989 3553-0304





Ante o exposto, considerando o cumprimento integral da principal obrigação deste ANPP, requer com fundamento no Art. 28-A, § 13, do CPP seja **decretada extinta a punibilidade** do Interessado JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO em relação à imputação do delito de corrupção ativa (CP, Art. 333) formulada pelo MPDFT por ocasião da proposta deste acordo.

Requer-se a juntada da documentação anexa (Termo de Encaminhamento, comprovante de TED e Recibo emitido pela APAE/DF).

Brasília, Distrito Federal, 12 de Fevereiro de 2023.

Douglas Ivanowski Bertelli Kirchner
Advogado
OAB-DF 57.332

Página 3 de 3

Bertelli Kirchner Sociedade de Advocacia OAB/DF 57.332 bkirchner.adv@gmail.com
CCSW 2, lote 1, n.º 102, CEP 70.680-253, tel. + 55 (61) 99453-8989 3553-0304





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Setor de Controle e Acompanhamento de Medidas Alternativas - Brasília I e Especializadas
TERMO DE ENCAMINHAMENTO - TE

Nome: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO	
Telefone:	
Endereço: RUA CIPRIANO DE CARVALHO, 76, BARREIRO - BELO HORIZONTE, MG	
Nº TJDF: 0700623-48.2023.8.07.0001	Nº MPDFT: 08192.001681/2023-20
Vara/Juizado: 7ª Vara Criminal de Brasília	
Promotoria: 14a. P.J. Criminal de Brasília	
Instituto: ANPP - ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	Data do Atendimento: 11/04/2023

Eu, JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, declaro estar ciente e assumo o compromisso de cumprir integralmente a(s) medida(s) alternativa(s) acordada(s) abaixo especificada(s), estando de pleno acordo com seus termos.

O autor foi orientado sobre a importância do cumprimento da medida alternativa, bem como sobre as consequências de seu descumprimento.

Após a doação do(s) bem(bens), o beneficiário deverá entregar o cupom fiscal e o recibo fornecido pela Instituição no cartório do Juizado/Vara Criminal competente, para juntada aos autos.

PRESTAÇÃO DE BENS - VALOR A SER TRANSFERIDO OU DEPOSITADO

Início: 10/04/2023 **Fim:** 10/09/2023
Parcelas: 1 **Valor da Parcela:** R\$ 1300.00 **Valor Total:** R\$ 1300.00

Instituição: APAE - ASA NORTE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO
Endereço: SGAN, EQ 711/911, CONJUNTO E ASA NORTE **BRASÍLIA**
Contato: MÔNICA BASTOS / CELIA DIAS **Telefone:** 98131-8140 / 99338-9277
Projeto: Encaminhamento desvinculado de projeto

Observação: Depósito a favor da seguinte instituição:

APAE - ASA NORTE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DF.
Dados bancários (conta para depósito)
CNPJ: 00.643.692/0001-96
BANCO DO BRASIL: 001
AGÊNCIA: 3599-8
CONTA CORRENTE: 22391-3
PIX: financeiro@apaedf.org.br

1- Prestar o valor de R\$ 1.300,00 em favor da instituição indicada acima.
O pagamento poderá ser parcelado em seis parcelas, a serem pagas assim:
R\$ 250,00 até o dia 10/4/2023 e cinco parcelas no valor de R\$ 210,00 até os dias 10/5, 10/6, 10/7, 10/8 e 10/9/2023.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: após realizar o depósito bancário é necessário ligar ou comparecer na instituição e solicitar o Recibo de Doação. Para isso, informe o número do comprovante do depósito (ou outro dado que a instituição solicitar). Assim que a instituição confirmar a entrada do valor emitirá o Recibo de Doação.

2 – Os comprovantes de pagamento deverão ser juntados nos autos eletrônicos pelo advogado. É essencial que os documentos enviados por meio eletrônico tenham boa qualidade de imagem e permitam a perfeita visualização dos registros.

3 – é obrigatório comprovar mensalmente ou integralmente durante o tempo do acordo, o cumprimento das obrigações principais, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo por iniciativa própria, quando for o caso, apresentar imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o não cumprimento do acordo.

Página 1 de 2

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT - Sala 238 - Brasília-DF - CEP 70.091-900 -
Telefone(s): (61) 3343-6491 / 6492 Cel: 99164-1335



Página 2 de 2

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT - Sala 238 - Brasília-DF - CEP 70.091-900 -
Telefone(s): (61) 3343-6491 / 6492 Cel: 99164-1335



TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS CORRENTES

CLIENTE: DOUGLAS I KIRCHNER

AGÊNCIA: 8608-8 CONTA: 24568-2

=====

FAVORECIDO

AGÊNCIA: 3599-8 CONTA: 22391-3

CLIENTE: APAE A P A E DF

VALOR: 1.300,00

DATA: 11/04/2023



RECIBO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal – APAE/DF, CNPJ 00.643.692/0001-96, situada à SGAN 711/911 Conjunto E S/N, Asa Norte - Brasília/DF, declara ter recebido depósito em espécie na conta corrente Banco do Brasil ag 3599, cc 22391-3, a importância de R\$1.300,00 (hum mil e trezentos reais), na data 11/04/2023, conforme Termos de Encaminhamento nº TJDF 0700623-48.2023.8.07.001 e comprovante de depósito apresentado, referente a contribuição em nome de **DOUGLAS IVANOWSKI B KIRCHNER**, portador de procuração de serviços advocatícios de **JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO** portador de CPF nº098.528.326-20, RG nºM714409 SSP MG.

Brasília, 12 de abril de 2023.



Tesouraria
APAE-DF

A pessoa com deficiência quebra a cultura da indiferença. Tenha coragem de ser diferente!



Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (14678)

AUTORIDADE ANPP: MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

<div><div>CERTIDÃO</div><div>De ordem do MM Juiz de Direito desta 7ª Vara Criminal de Brasília DF, faço vista dos presentes autos ao Ilustre representante do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.</div></div>

12/04/2023 17:11

ELIEL CELES ARAUJO
7ª Vara Criminal de Brasília / Cartório / Servidor Geral





Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14a. P.J. Criminal de Brasília

MM. Juiz,

Diante da comprovação documental de que o acordo de não persecução penal restou devidamente cumprido (ID 155316284 e anexos), o Ministério Público pede seja reconhecida a extinção da punibilidade do fato, nos termos mencionados no § 13 do art. 28-A do CPP.

Seguidamente, promove o arquivamento do feito.

Brasília, 12 de abril de 2023.

ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
PROMOTOR DE JUSTIÇA





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7ª Vara Criminal de Brasília

Praça Municipal Lote 1 Bloco B, -, BLOCO B, 5º ANDAR,
ALA C, SALA 524, Zona Cívico-Administrativa, BRASÍLIA -
DF - CEP: 70094-900

Telefone: 61.3103.7366 / 3103.7532, FAX 61.3103.0356

Email: 07vcriminal@tjdft.jus.br

Atendimento: segunda a sexta-feira das 12:00 às 19:00
horas

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

Classe judicial: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (14678)

AUTORIDADE ANPP: MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS

INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

SENTENÇA

Vistos, etc.

Verifica-se dos autos que JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO cumpriu integralmente as condições pactuadas no Acordo de Não Persecução Penal (ID [155316281](#)).

Não houve qualquer causa que ensejasse a revogação do acordo.

O Ministério Público pugnou pela extinção da punibilidade conforme manifestação de ID [155355676](#).

Ante o exposto, declaro a extinção da punibilidade de JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO, nos termos do § 13º do artigo 28-A do Código de Processo Penal.



Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de praxe.

Sem custas.

Intimem-se.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023.

FERNANDO BRANDINI BARBAGALO

Juiz de Direito





Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
14a. P.J. Criminal de Brasília

MM. Juiz,

Ciente da r. decisão (ID 155612680).

Brasília, 16 de abril de 2023.

ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
PROMOTOR DE JUSTIÇA



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO(A) 7ª Vara Criminal de
Brasília

Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

PETIÇÃO

Ciente sem interesse de manifestação.

BRASÍLIA, DF, 17 de abril de 2023 18:08:32.

DOUGLAS IVANOWSKI KIRCHNER

Advogado



Número do processo: 0700623-48.2023.8.07.0001

AUTORIDADE ANPP: MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
INDICIADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

CERTIDÃO DE TRÂNSITO DEFINITIVO

Certifico e dou fé que a sentença de ID nº [155612680](#) transitou em **DEFINITIVO** em **17/04/2023**.

Certifico, ainda, que cadastrei no PJE a(s) referida(s) data(s).

17/04/2023 18:16

ELIEL CELES ARAUJO
7ª Vara Criminal de Brasília / Cartório / Servidor Geral





TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

7VARCRIBSB

7ª Vara Criminal de Brasília

Praça Municipal Lote 1 Bloco B, -, BLOCO B, 5º ANDAR, ALA C, SALA 524,
Zona Cívico-Administrativa, BRASÍLIA - DF - CEP: 70094-900

Telefone: 61 3103-7532 Horário de atendimento: 12:00 às 19:00

E-mail: 07vcriminal@tjdft.jus.br

FICHA DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA ANUAL

Processo : **0700623-48.2023.8.07.0001**

Ano: **2023**

Data da Inspeção: **30/05/2023**

Dados do Processo:

Autor : MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

Réu(s) : JULIO CESAR DE OLIVEIRA CISCOUTO

Itens:

☒ [X] Processo em ordem. Prossiga-se cumprindo as determinações precedentes.

☐ [] Certifique-se o prazo, tendo em vista o despacho/decisão de Id:

☐ [] Cumpra-se o despacho/decisão de Id:

☐ [] Retifique-se a autuação dos autos

☐ [] Cumpra-se o despacho/decisão de Id:

☐ [] Solicite-se informações acerca do cumprimento da(s) carta(s) precatória(s) de Id:

☐ [] Certifique-se o trânsito em julgado da Sentença de Id:

☐ [] Faço o processo concluso por força do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, na redação que lhe deu a Lei nº 13.964/19.

☐ [] Faço o processo concluso para apreciação da representação da vítima, tendo em vista o art. 171, §5º, do CP (alterado pela Lei nº 13.964/19).



NAYARA MARTINS ROCHA MAGALHAES

Servidor Geral

